

ARTIGO

“UM POUCO DE 1968: A MARIA ANTONIA”

PROF. DR. JOSÉ SEBASTIÃO WITTER

Quando aceitei escrever para o **INFORME** pensava em um depoimento sobre o meu ângulo de visão e aquilo que a memória reteve dos acontecimentos de um determinado dia, que vivi com outros mestres, dentro do prédio e durante a verdadeira “fuga” para a Cidade Universitária. Depois comecei a pensar e acho que este texto, que faz parte de meu livro sobre a nossa USP (*USP – 50 Anos / Registros de um debate* / Publicado pela EDUSP em 2006 e com prefácio de José de Souza Martins) é uma contribuição mais sólida e consistente. Por isso, aqui reproduzo parte do Capítulo 2, “Faculdade de Filosofia: Núcleo Central da USP” (p.29).

{ p. 42 e segs. } : “... Entre o início dos anos de 1950 e o final da década de 1960, surgiria no seio da Faculdade de Filosofia uma produção extremamente crítica em relação à sociedade brasileira,

“Para quem vivia naquela época, a FFCL, foi como para humanidade o primeiro passo dado por um astronauta americano sobre a Lua: São Paulo passou a ser vista como um centro sério de pesquisas e de estudos, um lugar de onde alguém destinado a ter uma “carriere” deveria obrigatoriamente passar. A FFCL nunca chegou ao nível de prestígio mundial de que desfrutavam Harvard, Columbia, Oxford ou Cambridge, mas garantiu para si mesma e para nosso País uma indiscutida liderança no subcontinente. A tal ponto de serem vistos os professores da FFCL, injustamente como conspiradores e os estudantes como carbonários”. (in ‘Uma elite para dirigir o País’ – *O Estado de São Paulo* – 25.1.1974).

A “Maria Antônia” era um ponto de efervescência, cultural e política. Lá funcionava a FFCL e lá se realizavam os eventos culturais de maior relevância. Era um centro de polêmicas inflamadas, onde se envolviam estudantes e professores das Ciências Sociais, Exatas, da Filosofia, profissionais liberais, intelectuais desvinculados da lide universitária. Na Maria Antônia discutia-se o pensamento de cada momento. Lá se encontravam representantes das mais diversas correntes políticas e era no prédio de colunas cinzentas que as idéias frutificavam. Sartre, Simone de Beauvoir, os primeiros livros de Foucault, filmes de Buñuel, todos foram assuntos nas salas e corredores da Maria Antonia.

A FFCL cumpria o seu papel de integradora entre as diversas ciências, especialidades dos seus departamentos e centralizava em seu espaço a atividade cultural da Universidade e da cidade.

“Numa ponta, a Vila Buarque com seus palacetes, na outra, a Consolação; cursinho do Grêmio (na Martinico Prado), Redondo, Arena, Estádio. Que acontecimento, o primeiro número do Jornal da Tarde, lido ainda quente das prensas, tão intelectual... Avenida São Luiz, Barba Azul, Pari bar, ponto de encontro de celebridades, dos professores estrangeiros, Cinemas, Praça da República, Ipiranga-esquina-da-Avenida São João, Salada Paulista, Bar do Jeca. Lá longe, o filé do Moraes, depois da sessão da meia-noite, dedicada aos filmes de arte.

-Mas, afinal, quem é essa tal de Maria Antonia de quem vocês não param de falar?

-Não é quem, é quê.
 -Não é uma pessoa?
 -Era uma rua, lá em São Paulo. Foi um tempo, sabe? Já faz tempo”.

(Diálogo do exílio, inverno dum ano dos anos 70)
 (Marilena Chauí, “A Cidade e o Campo”, Folhetim n. 366, *Folha de São Paulo*, 22.1.1984.)

Tudo isso começou a desaparecer em 1964, trinta anos depois de sua fundação. A Faculdade de Filosofia estava colhendo os frutos de um trabalho sério e honesto, fundamentado no debate intelectual, quando foi atingida de modo violento. A Medicina, a Física, a Matemática, as Ciências Humanas, todas elas pareciam se constituir numa ameaça ao regime que então se instalava. A “Maria Antônia” foi invadida, o Grêmio Estudantil depredado com um impiedoso espírito de vingança. A Faculdade de Filosofia começava a sofrer uma chacina cultural, que somente em 1969 se tornaria mais concreta e evidente. Começavam as rotinas das prisões e ameaças a alunos e professores da FFCL e de toda Universidade. Mas, ainda, foi possível uma resistência que permaneceria até o final da década de 1960.

“Golpeada a Maria Antonia procura conservar o ritmo. Aulas, debates inflamados na Congregação e no Conselho Universitário. Gente no saguão, nas calçadas. Correria: “Vão invadir a Faculdade”. Alguns guardam as janelas, outros vigiam a rua e o pátio. Professores, alunos, funcionários fecham as portas e nelas se apóiam para protegê-las. Ruído de carros e botas. Inútil guarnição desprotegida; portas e janelas são arrombadas aos pontapés. Estilhaçados vidros e madeirames. Salas de aula invadidas, professores, alunos e funcionários revistados, alguns expulsos, outros presos, enviados ao DOPS para interrogatório. Livros destruídos, papéis rasgados e espalhados pelo chão, máquinas de escrever destroçadas a pancadas. O vandalismo

Sumário

ARTIGOS

“*UM POUCO DE 1968: A MARIA ANTONIA*”
 PROF. DR. JOSÉ SEBASTIÃO WITTER 1

INFORME ENTREVISTA PRESIDENTE DA CERT
 POR GUSTAVO F. DAINEZI 4

ENTREVISTA
ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS
 POR GUSTAVO F. DAINEZI 9

EVENTOS
PALESTRA: AS ORIGENS ASIÁTICAS DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL
 RICARDO FERRAZ 11

II ENCONTRO DE ESTUDANTES DA CCINT
 POR GUSTAVO F. DAINEZI 12

CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA
PESQUISADORES DA FFLCH ESTUDAM A FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BAIRRO DA LIBERDADE
 RICARDO BALSANI 14

19 DE ABRIL - DIA DO ÍNDIO
POPULAÇÃO INDÍGENA: A CONSTANTE LUTA PELA NÃO-EXTINÇÃO
 POR LAÍS LUCAS MOREIRA 15

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
AUDIÊNCIA SOBRE A REFORMA DOS PRÉDIOS
 POR GUSTAVO DAINEZI 17

ESPAÇO DO FUNCIONÁRIO
ENTREVISTAS COM OS CANDIDATOS AO CARGO DE CDB, REPRESENTANTE DO SINTUSP NA FFLCH, OS SENHORES EUSEBIO GREGÓRIO COSTA E GILBERTO VARGAS.
 POR LAÍS LUCAS MOREIRA 25

A MINHA EXISTÊNCIA
 MARIA CRISTINA DA COSTA 26

PRODUÇÃO DA FACULDADE 27

EXPEDIENTE



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITORA:
 Profa. Dra. Suely Vilela
 VICE-REITOR:
 Prof. Dr. Franco Maria Lajolo



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR:
 Prof. Dr. Gabriel Cohn

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokóí (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL) e Sra. Eliana Bento da S. A. Barros – MTb 35814 (SCS) - Membro Assessor. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: Erbert A. da Silva – MTb 35870. PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815. COLABORADORES: Gustavo Dainezi, Laís Lucas Moreira e Ricardo Balsani Ferraz. REVISÃO: Priscilla Vicenzo da Silva. Fotos: Eusebio Gregório Costa. SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS: João Fernando Querido Salvado. IMPRESSÃO: Gráfica – FFLCH/USP. TIRAGEM: 1200 exemplares.

que arrombara o edifício começa, agora, o arrombamento de vidas, idéias, carreiras e consciências. Tem início o expurgo, fundado em denúncias anônimas, calúnias, delação, rancores dos medíocres aspirando pelos cargos aos quais não poderiam chegar senão pela força e pela ignomínia”. (Marilena Chauí, “A Cidade e o Campo”, op.cit.).

Mas o pior estava por vir, quatro anos mais tarde.

“3 de outo de 1968. Ruído de carros pesados, cães a latir, estrépito de botas pelo calçamento, sirenes, gritos, palavras de ordem, comandos.

- Estão vindo! O Exército e a polícia estão chegando!
- Atenção! Cada qual procure um lugar para defender a Faculdade. Rápido, rápido.

- Olhem, olhem! Estão subindo na torre e nos telhados do Mackenzie. O CCC os chamou para lá! Vão metralhar, gente, vão metralhar!

- Estão jogando bombas. Depressa, coquetel molotov aqui, depressa.

- Mas temos poucos. Ninguém pensou que iriam ser necessários.

- Pedras, pessoal, pedras”. (Marilena Chauí, op.cit.)

Foi assim que a

“[...] Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sangrou mais ainda, para os que já viviam à época em que foi formada, naquele entardecer sombrio de 68 quando os cocktails molotov e os tiros partidos de dentro do Mackenzie – reitora do qual então a atual ministra da Educação – expulsaram do prédio da Maria Antonia, com ajuda da polícia, o derradeiro grupo de estudantes liderados por José Dirceu, não sem antes terem por ali passado o indômito Antonio Candido e alguns outros professores para tentar salvar o que era possível dos anos de pesquisa e de estudo”. (Cláudio Abramo, “O Projeto e a Realidade”, *Folha de São Paulo*, 25.1.84.)

A edição do AI-5 ampliou a obra de desintegração da FFCL, que encontrou nos transtornos do combate com o CCC, estudantes do Mackenzie e polícia, o motivo para provocar a desarticulação entre os cursos, fechando a

“[...] Faculdade da Maria Antônia e transferindo todos os cursos para a Cidade Universitária, onde a Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras, originalmente ideada como centro que deveria caracterizar o todo, pois que constituída de cadeiras destinadas ao estudo desinteressado das ciências, das letras e das disciplinas filosóficas, surge, no plano atual, desarticulada por completo e espalhada na planta de edificações, nesta constituindo uma poeira de pequenos prédios sem nenhum sentido e esmagados pela massa imponente das demais instituições de ensino. Invertia-se, de tal modo, a própria concepção universitária, pois a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que deveria caracterizar a Universidade, passa a constituir elemento secundário, simples adendo, sem importância nem projeção, aos institutos de ensino profissional”. (“A Cidade Universitária”, *O Estado de São Paulo*, 19.4.1962.)

A própria disposição dos prédios servia ao objetivo perseguido de descaracterizar o papel a ser exercido pela FFCL, cuja denúncia os órgãos de imprensa e fundadores da USP já vinham fazendo, desde os primeiros anos de funcionamento da Universidade, quando a “Filosofia” andava de um lado para outro, sem acomodações próprias; depois de ter sido, inicialmente, instalada na Faculdade de Medicina, conforme narrava o professor Eurípedes Simões de Paula, na oração pronunciada quando paraninfo da turma de licenciados de 1951:

“Depois disso fomos expulsos pelos estudantes da Faculdade de Medicina, fato que revelou ser o espírito universitário pura fantasia. Da Politécnica precisamos nos retirar também. Isso que, naquela ocasião, recebemos tão mal, foi um bem; tivemos que procurar casa própria. Ai começou uma verdadeira via-crúcis para a Faculdade. Mudamos as Letras para a Alameda Gleite, depois de passar por um casarão onde está a Biblioteca Municipal, e dela saímos para dar lugar aos laboratórios de Ciências Naturais, rumando em seguida para o terceiro andar do Instituto Caetano de Campos, onde permanecemos por 10 anos. Os cursos de Física e Matemática espalharam-se também, cada um foi instalado em casas completamente inadequadas para o ensino. A Faculdade desagregara-se, mas continuava coesa e unida pelo espírito comum de luta de professores e alunos”. (“Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”, *O Estado de São Paulo*, 23.2.1952.)

A mudança da Faculdade de Filosofia para a Cidade Universitária foi feita aos poucos. Em 1968 consumou-se a transferência dos

departamentos que ainda funcionavam na Rua Maria Antônia, como os de Letras, Filosofia, Ciências Sociais, que se abrigaram em barracões e só muito recentemente puderam se instalar em prédios próprios, na Cidade Universitária, onde o

“[...] isolamento é a regra. Cada unidade, centrada em si mesma, nada sabe do que vai pelas outras. A informação não circula, as idéias não se comunicam. [...]” (Marilena Chauí, “A cidade e o Campo”, op.cit.)

Se o fim da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1970 marcaram o período de maior repressão, é verdade também ‘que durante a década de 70, houve efetivamente um movimento de resistência contra o autoritarismo, a princípio mais silencioso, depois mais aberto, no sentido de não se deixar destruir todo um trabalho que se vinha desenvolvendo até 68’. (Irene Cardoso – Parábens Por Quê? - Entrevista a *Senhor*, 8.2.84.)

[...]

Mas se por todos os problemas e crises pelos quais passou, pelas oposições que enfrentou, a “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não logrou realizar a missão integrante e diversificada que dela se esperava no

contexto da USP, é inegável que lhe devemos todos um sentido novo no que se refere aos trabalhos de equipe, e a um relacionamento mais aberto e constante entre mestres e discípulos”. (Miguel Reale, “Três momentos da História da Universidade”, *Cultura* n. 190, ano III, *O Estado de São Paulo*, 29.1.84.)

“Era uma bela idéia, legítima e respeitável. A erosão do tempo e dos acontecimentos não lhe pode alterar a marcha. A FFCL não pertence à mitologia, nem à arqueologia, nem à pré-história da USP. Ela faz parte de seu futuro. A imagem da USP e o sentimento de sua existência são inseparáveis de seu arquétipo.

Suas opções na encruzilhada do porvir devem atravessar o melhor de seu impulso no confronto de sua gênese com suas certezas e suas incertezas”. (Paul Arbousse Bastide, “Comemoração, Memória e Lembrança”, *Cultura* n. 190, ano III, *O Estado de São Paulo*. 29.1.1984.)

Creio que esta é a melhor maneira de recuperar um pouco de nossa História – a da Faculdade de Filosofia – e lembrar que 1968 foi um marco como tantos outros na vida desta Instituição incansável ao se superar. E se assim foi, assim o será...

José Sebastião Witter / outono de 2008.

ENTREVISTA

INFORME ENTREVISTA PRESIDENTE DA CERT

POR GUSTAVO F. DAINEZI

Para esta edição do INFORME, entrevistamos o presidente da CERT – Comissão Especial de Regimes de Trabalho, Professor Doutor José Antônio Franchini Ramires, para que possamos conhecer melhor como funciona a comissão e como se dão os regimes de trabalho na USP.

GFD: Gostaria que o senhor falasse um pouco da sua carreira nos âmbitos profissional e acadêmico.

JAR: Formei-me médico, em 1972, pela Faculdade de Medicina da USP, fiz minha residência médica no Hospital das Clínicas. Desenvolvi-me dentro da área de cardiologia, fazendo mestrado (1977), dou-

torado (1983) e livre docência (1984), e, em 1997, prestei concurso para Professor Titular de cardiologia, tendo sido aprovado.

Do ponto de vista profissional, sempre me desenvolvi como médico cardiologista, realizando minha atividade sempre no InCor, onde instalei meu consultório e onde realizo minhas atividades de pesquisa também.

GFD: Como o senhor se tornou presidente da CERT?

JAR: Em 1998, fui convidado pelo reitor, professor Jacques Marcovitch, a ser membro da CERT. Quando terminou a gestão do professor Marcovitch, todos os membros da CERT, como é de praxe, pediram demissão.

O professor Adolpho Melfi, assim que tomou posse do cargo de Reitor, perguntou se eu gostaria de permanecer na CERT, pois faria algumas reformulações na Comissão. Fiquei, até para ajudar neste processo. Nesta época, tornei-me vice-presidente da CERT. Mais uma vez pedimos demissão, ao fim da gestão do professor Melfi.

Por fim, a professora Suely Vilela, atual reitora, me informou que gostaria que eu permanecesse na CERT, como presidente. Achei que seria interessante, sobretudo pela minha experiência acumulada em todos estes anos de trabalho, que poderia ajudar muito em algumas propostas de mudanças dentro da CERT.

GFD: Gostaria que explicasse a função precípua da CERT dentro da USP.

JAR: Todas as universidades têm uma comissão como a CERT. A nossa função é a de avaliar o docente como indivíduo. Existe uma outra comissão, a CPA, que olha o docente dentro do conjunto de docentes do departamento. Quando se olha o departamento, se pesa não o docente em si, mas tudo que está relacionado ao departamento.

A CERT olha o indivíduo, acompanha-o desde o primeiro momento em que entra na Universidade. A CERT é extremamente importante para a Universidade porque ela controla e acompanha, dentro das regras estabelecidas dentro da Universidade, todo o progresso do docente na carreira, inclusive licenças, afastamentos ou prestação de serviços à comunidade.

GFD: O senhor poderia explicar como a CERT é estruturada dentro da USP?

JAR: A CERT é um órgão da Reitoria, vinculado ao Reitor da Universidade.

É composta por dois componentes fundamentais: Técnico – o quadro de dez funcionários – que conhece toda a legislação e todos os processos dentro da Universidade. Conhecem como os processos devem ser encaminhados aos diferentes órgãos administrativos da USP; e o componente Docente – ao todo, 13 professores, escolhidos pelo reitor – que, hoje, são divididos em três grandes áreas, que provavelmente deverão ser revistas: Exatas, Humanas e Biológica/Biomédica. Esta última área é a maior, com aproximadamente 50% de todos os processos que recebemos. Entre 25% e 30% dos processos estão na área de exatas, e os outros 20% a 25% ficam para a área de humanas.

Estas três câmaras internas avaliam cada uma os seus processos. Uma vez avaliados os processos, temos uma reunião geral da CERT, na qual são discutidos os processos chamados “problemas”, aqueles cuja decisão merece uma discussão maior, em que todos estejam envolvidos. Uma vez tomada a decisão, é encaminhada à Unidade.

GFD: Pode-se dizer que a CERT normatiza a atividade dos docentes e pesquisadores na Universidade?

JAR: As regras são estabelecidas pela Universidade através do CO. De acordo com as regras ali estabelecidas, a CERT regulamenta aquilo que é necessário ao seu funcionamento, mas sempre em acordo com as “leis maiores”, já definidas pela Universidade. A CERT não cria, e não pode criar leis. Somente pode determinar algo que já está estabelecido.

GFD: Quais são os critérios utilizados para o estabelecimento dos regimes de trabalho?

JAR: A USP tem três regimes de trabalho, criados de formas diferentes. Os regimes com menos carga horária eram os regimes estabelecidos antigamente pela universidade. Ser RTC (Regime de Turno Completo) ou RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa) era uma forma de mérito, um reconhecimento, por parte da Universidade, do trabalho do professor. Hoje, esta situação se inverteu: a Universidade estabelece que o regime preferencial é o RDIDP, ou seja, a USP prefere que os professores se dediquem integralmente a ela.

O RTC, agora, é uma forma intermediária. Por ter uma carga horária menor, de 24 horas semanais, permite que o professor se dedique mais à Universidade,

mas não em tempo integral, nem com exclusividade. O RTP, que ainda é conservado em suas 12 horas, é um regime no qual o docente é contratado apenas para dar aulas. Se fizer trabalhos de pesquisa, tanto melhor, mas, em geral, o docente RTP está somente vinculado ao programa dos cursos, exercendo a função de professor, não de pesquisador.

Estes regimes de trabalho são definitivos? Não. Como qualquer universidade, a USP é dinâmica, e deve continuar sendo assim. Estes regimes poderão ser revistos a qualquer momento, e o Conselho Universitário pode julgar que devem ser subdivididos, ou concentrados, de acordo com as circunstâncias.

GFD: A CERT tem poder punitivo? Quais as ações tomadas em caso de desrespeito às atribuições dos regimes de trabalho estabelecidos?

JAR: Não. A CERT não exerce punição, e nem é o papel dela. Ela apenas acompanha. No caso de encontrar alguma irregularidade, encaminha-a às instâncias superiores. Por exemplo: nós podemos receber uma queixa em relação a um docente, quanto a infringir o RDIDP. A CERT, então, instalará uma comissão de sindicância que vai procurar saber se a denúncia procede. Constatada a veracidade, a CERT encaminha o resultado ao Reitor, para instaurar o processo administrativo e instalar uma comissão processante, que poderá, aí sim, aplicar as punições previstas em legislação.

GFD: Qual o regime de trabalho predominante na USP?

JAR: Em geral, RDIDP. Existem áreas em que ele não é predominante. Geralmente nas áreas das chamadas “profissões liberais” o RDIDP não predomina. Na medicina de São Paulo, na Faculdade de Direito, e na Odontologia, por exemplo. Nestas, existem muitos docentes em RTC, e até em RTP.

GFD: Este regime, devido à sua característica de exclusividade e ao baixo salário do professor universitário no país, não pode gerar repulsa por parte de professores, a ponto de preferirem os outros regimes, ou até mesmo outras faculdades?

JAR: Sem dúvida. Este é um grande problema, que ocorre também no exterior. Para toda a universidade que estabelece um regime de trabalho de exclusividade, sem um salário atrativo, a tendência natural é perder o professor para outros lugares.

O que a USP lança mão, através do credenciamento para outras atividades, dentro de regras pré-estabelecidas, é a possibilidade de o docente exercer algu-

ma atividade externa, como consultoria ou assessoria, dando condições para que ele receba algo a mais. No entanto, sempre dentro das regras estabelecidas, repassando uma parte à reitoria e outra parte à unidade do docente.

Esta é uma tentativa de tornar mais atrativo um regime de trabalho, que, pela defasagem salarial, teria tendência até a se esvaziar.

GFD: O senhor acredita que esta flexibilização do RDIDP tem funcionado?

JAR: Não há dúvida. Para muitas unidades da USP, ou melhor, em quase todas em que predomina o RDIDP, passam por aqui processos de credenciamento semanalmente, e em grande número.

Este é um sinal de que a flexibilização, com a avaliação da CERT e sob o controle dos departamentos, garantindo que as regras estabelecidas sejam cumpridas, pode ser realizada sem trazer prejuízos à universidade e aos cursos propriamente ditos.

GFD: A Resolução 4542-98 permite que o professor em regime RDIDP realize atividades específicas, como assessorias, ensaios, análises, etc. por no máximo 8 horas semanais, com aprovação do CTA e da congregação de sua unidade. Além desta resolução, existe mais alguma outra flexibilização no regime?

JAR: Para esta finalidade, não. A própria resolução permite a participação dos docentes em atividades decorrentes de convênios. Existe ainda a possibilidade do docente participar de cursos de especialização, atualização etc. No caso, o permitido pela legislação é de 36 horas por semestre.

Há docentes que são convidados, por exemplo, a participar de diretorias de órgãos estatais, ministérios, secretarias, etc. Essas atividades não são consideradas simultâneas e geralmente são autorizadas como afastamentos ou licenças.

Para as assessorias e consultorias, a flexibilização tornou muito mais atraente, para muitas áreas, a possibilidade de fixar os docentes aqui, e digo mais, para trazer recursos à universidade. Há departamentos que usam esta atividade, ligada ao credenciamento, para trazer recursos aos departamentos, ajudando na manutenção de alunos de pós-graduação, pagando a manutenção de equipamentos, etc. Esta relação se mostra, portanto, frutífera para a Universidade.

GFD: Por que o RTC é considerado um regime especial?

JAR: O docente em RTC não é contratado só para

dar aulas, diferentemente do RTP. Neste último, não se aplica o período de experimentação e se ele está dando aula, está sujeito a controle integral do departamento. Caso não venha a cumprir as metas estabelecidas pelo departamento, aí sim pode ser encaminhada à CERT uma queixa específica contra o determinado docente.

No RTC, além de dar aula, há obrigações em relação à pesquisa, por isso é um regime especial. Em se tratando de regime especial, toda a atividade dele, desde sua entrada na Universidade, passa pela CERT.

GFD: O regime de mérito, associado ao regime de trabalho, permanece na USP?

JAR: Não. Isto, agora, fica a critério do departamento. O docente tem liberdade de solicitar alguma mudança no regime de trabalho a qualquer momento. É óbvio que isto passa por trâmites. Deve haver uma discussão interna no departamento, e outra discussão nas instâncias decisórias da unidade (CTA e na Congregação), antes deste processo chegar à CERT.

Nós faremos a avaliação do mérito acadêmico da mudança de regime, ou seja, se ela é pertinente ou não. Depois, a Comissão de Claros emite autorização, considerando os recursos econômicos disponíveis para despender à nova vaga de acordo com o regime pretendido.

GFD: Existe uma praxe para a contratação de novos docentes?

JAR: Não. A Universidade incentiva que a maioria seja contratada como Professor Doutor em RDIDP, ou seja, este seria o regime preferencial. Em um sistema ideal, 100% dos docentes seriam incluídos no RDIDP. No entanto, dificilmente isto será conseguido, pelo perfil das diferentes profissões no Brasil. Aquelas consideradas “profissões liberais” sempre serão mais atraentes no mercado do que dentro da Universidade. Pode ser que, algum dia, atinja esta situação ideal, como em algumas universidades dos Estados Unidos que exigem dedicação exclusiva. Mas muitas Universidades americanas não exigem, porque não teriam os melhores profissionais.

GFD: Quando o professor pede licença/afastamento, como é feito o processo de substituição?

JAR: Isto é estabelecido pela própria Unidade que pode indicar algum docente do Depto ou solicitar um claro temporário à Comissão de Claros da Reitoria. A CERT avalia apenas a solicitação de licença do professor.

GFD: Analisando o relatório de manifestações da CERT, de 2003 a 2007, fiz algumas observações, que gostaria que o senhor comentasse:

GFD: Em 2007, houve apenas um parecer contrário, a um credenciamento, e ocorrências desfavoráveis estão em um patamar mais baixo que anteriormente. Estes dados indicam uma maior responsabilidade e conhecimento das regras por parte dos requerentes?

JAR: Sem dúvida. Recebíamos muitos currículos, relatórios ou mesmo pareceres com falhas. Em alguns currículos, por exemplo, não constavam coisas importantes feitas pelos docentes, por falta de esclarecimento, ou pela necessidade de criarmos regras estabelecendo como esta produção deveria ser demonstrada.

Recentemente, conversando com um docente, vi ótimos trabalhos técnicos dele, que estavam simplesmente citados, sem destaque, no currículo. Disse-lhe: ‘Se você não valoriza o trabalho, como a CERT valorizará? Chamei-o aqui porque vi seus trabalhos, porque o conheço e o estou alertando’.

Este conselho vale para vários docentes, da Universidade toda. Os nossos docentes de medicina, por exemplo, tanto de Ribeirão quanto de São Paulo, deixam de colocar muitas coisas que fazem no dia-dia deles porque não as levam em consideração para o currículo, coisas estas que são extremamente importantes para análise da CERT.

No ano passado, tivemos o cuidado de ir a todas as unidades, fazer um esclarecimento, conversar sobre currículo. Também fazemos reuniões com todos os ingressantes, aqui na CERT, para explicar todas as regras que existem na Universidade, de como apresentar um currículo. Estas ações já devem estar trazendo frutos, como nos resultados que você observou.

GFD: Ao longo dos anos, cresceu o número de processos manifestados, de 2448 a 2684, cerca de 10% de aumento. Este aumento se deveu a um maior fomento das atividades dos docentes, ou é uma oscilação natural?

JAR: Não, não. Acredito que tenha sido apenas uma oscilação natural. O resultado anual vai sempre oscilar entre estes valores. Se tivermos um grande aumento significativo no número de docentes, certamente os números de processos aumentarão. Imagine que hoje temos alguns cursos que foram implantados, portanto, seguramente, nos próximos anos, teremos aumento de docentes, e por consequência, aumento no número de processos.

A Escola de Engenharia de Lorena, por exemplo, faz parte da USP, mas ainda não foi totalmente absorvida. No momento em que todos estes docentes de lá forem absorvidos pela Universidade, passarão a entrar com seus processos aqui, e teremos seguramente um aumento de número real, mas, por enquanto, temos só flutuação.

GFD: Gostaria que o senhor comentasse a lista de atividades passíveis de credenciamento.

JAR: Esta lista é nova. Antes dela existia uma grande confusão. A todo o momento, recebíamos ligações pedindo orientação sobre credenciamentos. Tínhamos, portanto, um enorme dispêndio de tempo. Recebíamos, também, muitos relatórios errados, por causa da desinformação.

Cursos de extensão, por exemplo. Muitos docentes crêem na necessidade de credenciamento para extensão. No entanto, quando nós analisávamos a fundo o curso, percebíamos que fazia parte da carga horária do docente, que era curso de extensão da Unidade, autorizado pelo conselho de Graduação. Quando o curso é oficial da unidade, não há necessidade de credenciamento.

Para evitar este e outros problemas, estabelecemos esta lista, que também é dinâmica. A partir do momento em que novos elementos sejam propostos, estando de acordo com a legislação, serão incorporados à lista e publicados no nosso site.

GFD: De acordo com esta lista, são expressamente proibidos “Curso de Graduação ou Pós-Graduação em Instituições PARTICULARES” e “Exercer atividade profissional em empresa onde figure como Proprietário ou Acionista”. Gostaria que o senhor comentasse estas proibições.

JAR: O docente pode ser convidado para dar uma palestra. Ele não pode ser professor, coordenador de curso, etc., em nenhuma escola particular. Agora, existem situações em que é permitida a contratação, como no caso de uma assessoria para a criação de um novo curso. Isso pode. Porque é uma atividade com início, meio e fim.

Não pode também ser diretor ou acionista de uma empresa; não pode, por questão de incompatibilidade, de tempo e interesses.

Gostaria de ressaltar que existem outros itens na lista, mais voltados à atividade científica, que não precisam de credenciamento, e eram objeto de grande dúvida antes do esclarecimento gerado pela criação desta lista.

“Coordenador de Convênios e Auxílios de Agências Oficiais de Fomento à Pesquisa”: Faz parte da atividade do docente.

“Avaliador de Comissões em Órgãos Governamentais”: Muitos de nossos docentes são convidados por ministérios, secretarias, para darem opiniões, avaliarem processos. Isto faz parte da função da Universidade, é uma prestação de serviço.

“Coordenador de Convênio Acadêmico”: Não precisa de credenciamento.

“Membro de Diretoria de Sociedade Científica”: Não precisa. Faz parte da atividade do trabalho de nossos docentes. Se não tivermos docentes diretores das associações, algo está errado. Se temos parte da nata intelectual do país, eles não podem ficar fora das diretorias das sociedades científicas.

“Membro de Corpo Editorial de Revistas”: Não há problema, faz parte da nossa atividade.

“Realizar Perícia a pedido da Justiça ou Órgãos Governamentais”: É natural. Muitos de nós somos requisitados por órgãos para dar a perícia, dar a sua opinião em relação a alguma coisa. É natural, o professor é um *expert*, e é requisitado como tal.

“Atividades junto à FUVEST e à EDUSP”: estas são duas questões importantes. A FUVEST é um órgão importante da USP, responsável pela seleção de nossos alunos. Não tem cabimento um docente pedir autorização para nós. O departamento liberando, para nós não há problema. A mesma coisa acontece com a EDUSP, que é uma editora da USP. O docente tem que estar lá. Não há por que colocarmos empecilhos.

GFD: Para estas atividades mencionadas, é necessário o credenciamento se forem remuneradas?

JAR: Se forem remuneradas, existem regras específicas. Todas as atividades pelas quais o docente receba recursos de fora da universidade devem ser credenciadas, pela remuneração.

GFD: O senhor gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

JAR: A CERT deve ser vista como um órgão dinâmico da Universidade, que evolui conforme evolui

a vida acadêmica. Os critérios que a CERT utiliza, para a questão de currículo, que citei anteriormente, são sempre referentes à legislação existente neste momento. A CERT busca sempre o ajuste na dinâmica das novas evoluções curriculares.

Cada área, sendo respeitada sua especificidade, se necessitar incorporar algum elemento novo indicador da sua avaliação, vai tê-lo automaticamente colocado. Nós já fizemos junto a cada Unidade o levantamento destes indicadores, que ficarão dispo-

níveis no site da CERT, e serão dinâmicos: à medida que novos elementos sejam encaminhados para serem adicionados à lista existente, estarão lá. Basta ao docente que consulte esta lista.

Todas as informações sobre a CERT e o funcionamento da Universidade mencionadas nesta matéria, bem como as respectivas resoluções, listas e legislações, podem ser encontradas, em mais detalhes, no site da CERT: www.usp.br/cert

EVENTOS

ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS

POR GUSTAVO F. DAINEZI

Em virtude da Realização do XV Encontro Nacional de Geógrafos, na USP, entrevistamos Edvaldo César Moretti, presidente da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), que é a entidade organizadora do evento.

GFD - O ENG é o maior encontro do ramo da Geografia no País?

ECM – Sim, é o maior encontro do país. É realizado a cada dois anos, sendo a sede do encontro seguinte definida sempre no final do encontro atual.

GFD – Então foi em 2006 a escolha de São Paulo. Quais foram os motivos da escolha da USP?

ECM – O último evento foi em Rio Branco – AC, e lá não houve candidatura, portanto a decisão foi levada a uma reunião de Gestão Coletiva, que congrega todos os delegados das Sessões Locais, de todo o país. Nesta reunião, São Paulo se candidatou, e a definição da USP como local do encontro se deu pela aproximação já existente entre as duas instituições (a AGB tem sede no prédio da História e Geografia) e pela estrutura oferecida pela Universidade.

GFD – Quais as principais motivações para a realização do Encontro e quais os objetivos dele?

ECM – É um encontro científico e cultural que con-

grega os geógrafos brasileiros; a produção da Geografia nacional é divulgada e debatida neste evento. É muito tradicional e muito esperado pelos geógrafos. Podemos definir a motivação como sendo essencialmente o debate sobre a produção científica da geografia nacional.

GFD – Quais serão as principais autoridades que participarão do Encontro?

ECM – No diálogo de abertura, que acontecerá no dia 20 de Julho, à noite, teremos os professores Ruy Moreira (Prof. Dr. - UFF) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Prof. Dr. - USP), e no encerramento, Massimo Quaini, geógrafo italiano, autor do livro “Marxismo e Geografia”, que foi muito importante para o momento de renovação da Geografia.

GFD – Para o público em geral, que tipo de trabalho é aceito, e quais as pessoas que podem se inscrever?

ECM – O evento é aberto à inscrição para qualquer pessoa. Os trabalhos podem ser inscritos de acordo com a modalidade - EDP: espaço de diálogos e práticas e CC: comunicação coordenada - e de acordo com os eixos temáticos do Encontro: “cidade/urbano”, “campo/rural” “pensamento/geográfico”, “natureza/meio ambiente” e “educação”.

Qualquer pessoa que tiver produção científica na área de Geografia pode se inscrever: alunos de graduação, geógrafos professores, pesquisadores.

GFD - Gostaria de conversar sobre o tema do encontro deste ano “O espaço não pára: por uma AGB em movimento”. Qual a sua motivação, explicação, etc.

ECM – No debate que fizemos para definir o tema do evento, foi suscitada com bastante clareza a questão de que a AGB passa por um momento de mudanças na sua forma de trabalho, e, por coincidência, neste ano se completam 30 anos da grande mudança estrutural da AGB. A entidade existe desde 1934, e em 1978 houve uma mudança no seu estatuto que permitiu a participação de estudantes, e determinou a atual estrutura da AGB (Sessões Locais). Este foi um movimento de ruptura que coincidiu com o processo de democratização do país.

O tema faz referência a este movimento de 1978 e traz à discussão o que aconteceu ao longo destes 30 anos e os caminhos que a AGB trilhou.

“O espaço não pára” faz menção ao objeto da Geografia, aludindo ao fato de que a produção do espaço também não pára, que existe sempre um movimento.

GFD - Como está a profissão dos geógrafos do país?

ECM – Esta questão depende muito do lugar. Em uma leitura simplista os grandes centros urbanos valorizam o geógrafo do ponto de vista do emprego. Em regiões menos centrais, nas cidades menores, estamos em um processo de construção disso, buscando o entendimento de como a Geografia pode contribuir com a sociedade.

Mas a geografia é uma profissão que permite atuação em diversas áreas – questão ambiental, agrária, de transportes, etc., e a partir desta perspectiva, nosso sucesso depende de nós mesmos, geógrafos. Cabe a nós abriremos os espaços, mostrarmos a nossa importância. Parece que estamos vivendo um processo muito interessante neste sentido, não ainda explicitado em forma de empregos, mas de luta dos geógrafos para abrir estes espaços.

Dentro da própria AGB existe uma forte discussão sobre este momento, que debate como a AGB participa do sistema CONFEA/CREA, como este sistema vê o geógrafo. Teremos inclusive uma mesa no encontro que discutirá esta relação da Geografia com o CONFEA/CREA (“A AGB e suas articulações institu-

cionais” - 22/07/2007 – 9 horas). Temos também um grupo de trabalho que está atualmente discutindo isto e que vai apresentar os resultados no encontro.

Neste momento estamos em um processo de discussão, que gerará um maior entendimento da situação dos geógrafos no país, para que, futuramente, possa existir uma maior organização dos geógrafos, de forma que possamos dizer o que queremos, como iremos nos organizar.

GFD – Neste evento haverá muita discussão sobre a AGB. Isto é um reflexo deste processo explicado anteriormente, ou é comum a todos os Encontros?

ECM – Esta é a característica deste encontro específico, pois em 2008 a idéia é discutir a AGB e a Geografia nestes 30 anos. Como em 1978 a ruptura ocorreu não somente na AGB, mas no pensamento geográfico, queremos discutir que caminhos traçamos neste período, e qual o caminho que estamos entendendo que ela vai seguir.

Como eu havia dito, o encontro é o elemento que possibilita às pessoas conversarem, portanto, definirem que rumo poderemos tomar.

GFD – Pode nos falar um pouco da AGB no país?

ECM – A AGB é organizada em sessões locais. Temos uma diretoria nacional e as sessões no Brasil inteiro. Há pouco tempo fizemos uma reunião de Gestão coletiva no Nordeste, na qual discutimos muito a atuação da AGB naquela região. Temos um quadro que aponta a AGB muito forte em alguns lugares, nos quais ela se consolidou e tem uma gestão bastante atuante, enquanto em outros lugares ela se enfraqueceu, e ainda há lugares em que a AGB está começando sua atuação.

A AGB é muito dinâmica. Há sempre uma oscilação entre as regiões, algumas crescendo mais em determinado período, algumas “esfriando”, e neste movimento a AGB se fortalece.

A AGB está tendo uma atuação muito forte entre os movimentos sociais, e um exemplo disso é a “Conferência das cidades”, na qual a AGB teve uma participação muito interessante. A AGB conseguiu eleger um delegado no “Conselho Nacional das Cidades” pela atuação dos geógrafos nas cidades, através dos fóruns, dos conselhos municipais.

Estas atividades fortalecem a entidade, e, no momento de tratar o âmbito nacional, aumentam a nos-

sa representatividade. Este processo acontece, por exemplo, nas questões agrária, ambiental, urbana e do ensino. Nós estamos muito atuantes nestas áreas. Na questão do ensino, podemos citar como exemplo nosso posicionamento frente a propostas de mudanças, em especial do governo de São Paulo. A AGB vem se posicionando ativamente, e com uma postura bastante crítica ao processo de privatização do ensino, principalmente em São Paulo.

GFD – Já existe algum planejamento em relação a temas do próximo encontro?

ECM – Não. Estas questões são definidas ao final de cada evento. É realizada uma assembléia na qual são eleitos uma nova diretoria e o próximo local do Encontro. A nova diretoria fica incumbida de discutir junto à comunidade geográfica a próxima temática. Portanto, não é possível adiantar a próxima temática. Mas a discussão em torno da Geografia não se limita ao ENG. Além dele, podemos citar a revista *Terra Livre*, da AGB Nacional. É semestral e tem o caráter de divulgar o que a Geografia produz nacionalmente. Aliada ao ENG, forma um quadro muito interessante da produção da Geografia Nacional.

GFD – Poderia citar outros temas importantes que serão discutidos no XV ENG?

ECM – Além da forte discussão sobre a AGB que faremos, trataremos de assuntos nacionais muito importantes e que estão na ordem do dia do país.

Por exemplo, a transposição do Rio São Francisco, com a ilustre presença do Prof. Dr. Aziz Ab'Saber (“Rio São Francisco: águas em movimento” - 23/07/2007 – 9 horas). Na educação, discutiremos as mudanças na estrutura curricular (“Políticas públicas no campo curricular e o ensino de Geografia” 23/07/2007 – 9 horas). Também nos posicionaremos com relação à questão da segurança alimentar (“Estratégias para uma soberania alimentar” - 23/07/2007 – 9 horas).

Esta discussão dos temas nacionais também é uma característica especial deste evento para o aprofundamento destas discussões. Queremos dar visibilidade através da AGB para os posicionamentos dos geógrafos frente a estes temas.

Momento importante do evento é a oportunidade para a apresentação de trabalhos da comunidade geográfica (alunos, professores, pesquisadores) nos Espaços de Diálogo e Práticas (EDPs) e nas Comunicações Coordenadas. Estamos prevendo três mil trabalhos inscritos. Teremos ainda Oficinas e Trabalhos de Campo a serem realizados no último dia do evento. O conjunto destas atividades permitirá o debate intenso da produção geográfica brasileira.

O XV Encontro Nacional dos Geógrafos acontecerá entre os dias 20 e 26 de Julho, na USP. Inscrições e maiores informações pelo site www.agb.org.br e xveng@agb.org.br

PALESTRA: AS ORIGENS ASIÁTICAS DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

RICARDO FERRAZ

Antes mesmo de ser oficialmente criado, o Laboratório de Estudos Asiáticos promoveu nesse mês de abril a palestra “As Origens Asiáticas da Civilização Ocidental”, com o professor Peter Robert Demant, do Departamento de História da FFLCH. Estudioso das questões que envolvem o Oriente Médio, ele é, junto com o professor Ângelo Segrillo, um dos coordenadores do novo laboratório. Na palestra, ele apresentou os três principais posicionamentos dos especialistas quanto à influência das civilizações asiáticas no desenvolvimento ocidental, e logo, de todo o mundo.

A primeira visão a se estabelecer nos meios acadêmicos foi a do eurocentrismo, que minimiza a influência de outras culturas no desenvolvimento da Europa. Para eles, os europeus sempre estiveram à frente no desenvolvimento da humanidade, graças a uma inventividade natural, entre outras características únicas e superiores. Tendo influenciado o pensamento ocidental até então, essa visão foi contestada em meados do séc. XX por uma corrente que poderia ser chamada de asiocêntrica.

Esses últimos estudiosos valorizam um extenso intercâmbio entre civilizações, ocorrido desde muito

antes das grandes navegações do Renascimento. Através dele, os europeus entraram em contato com uma série de descobertas orientais, principalmente chinesas, que depois de apropriadas revolucionariam sua sociedade. Um dos pontos centrais dessa tese é o período da dinastia Sung (960-1275) na China, quando surgiram inventos como a bússola, a pólvora, e existia um sistema de produção que só foi superado com a revolução industrial. Os asiocêntricos acreditam em longos ciclos econômicos, e durante um período de declínio asiático os europeus se aproveitaram para “roubar” riquezas das outras partes do mundo, usando recursos asiáticos. Desse modo, a hegemonia européia só foi estabelecida tardiamente, no séc. XIX, e de modo aleatório, e ainda devido ao extermínio dos ameríndios.

Já por volta de 1978 surgiu outra corrente, liderada pelo intelectual palestino Edward Said, para a qual o Oriente é apenas uma invenção dos europeus. Aplicar a culturas diversas um único rótulo, oposto a si próprio, seria uma forma de impor uma dominação sobre elas. O Islã, por exemplo, foi assim uma criação usada para unir a cristandade na idade média, criando um inimigo único. Segundo esses críticos, o rótulo de “oriental” estaria impregnado de preconceitos, como o estigma de preguiçosos, ou irracionais.

Na visão de Peter, existe um narcisismo natural

em cada civilização, e se o Ocidente cria uma imagem do Oriente, o oposto também é verdadeiro. Ele não acredita em uma só Ásia, algo que se possa definir como uma civilização oriental, já que culturas como a muçulmana, a hindu ou a chinesa, são tão diferentes entre si como são da ocidental. O eurocentrismo, hoje, seria nutrido por um complexo resultante de anos de dominação. Para ele também existem barreiras que impedem pesquisadores ocidentais de penetrarem mais profundamente no Oriente, como a própria língua.

Peter acredita que é importante reconhecer e trabalhar essas origens asiáticas de nossa civilização, os instrumentos asiáticos que cooperaram na evolução de nossa sociedade. Ele também comenta algumas características da civilização ocidental, que não poderiam ser esquecidas quando se estuda o motivo pelo qual ela se sobressaiu durante um longo período. O conceito linear de tempo é uma dessas características, pois explica essa própria idéia de avanço. As bases de instituições democráticas também nasceram no ocidente, assim como a separação entre religião e estado, o que depois foi exportado para outras partes do mundo. Desse modo, Peter conclui que foi a civilização ocidental a primeira a se emancipar de seu particularismo.

II ENCONTRO DE ESTUDANTES DA CCINT

POR GUSTAVO F. DAINEZI



No dia 31 de Março, a CCInt realizou o II Encontro de estudantes, no prédio da História e Geografia. O encontro teve excelente participação, principalmente de estudantes estrangeiros.

A grande maioria dos estudantes veio cursar Letras, e havia um expressivo número de guiné-bissauenses. Claro que também havia estudantes de outras partes do globo, como dos Estados Unidos, Itália, Japão, China, e, mais incomumente, da Bulgária e da Polônia.

Conversamos com a estudante Iaeny de Barros, da Guiné-Bissau, sobre suas expectativas para o encontro: “Preciso de muitas informações, sobre como fazer o bilhete (bilhete único de estudante), como obter bolsas de moradia e alimentação, sobre como ‘me virar’ na faculdade”. Iaeny foi ao encontro acompanhada da estudante Eloísa Jordão, do quinto ano de Letras: “Somos amigas. Estou tentando ajudar no que posso (risos).”

O encontro contou também com a presença de estudantes da FFLCH que já fizeram intercâmbio,

como Jonas de Souza, da Geografia, que foi para a França: “Vim para ver o que acontece. Posso contribuir com a minha experiência. Podemos também aqui formar uma rede de contatos interessante para todos”. Sobre a iniciativa da CCIInt, disse: “Achei boa, é difícil chegar em um novo país, sem conhecer os costumes e as pessoas, e o fato de poder se reunir com quem já passou por esta experiência, ou que está passando, é sempre bom”.

A estudante italiana de pós-graduação Diana Cocola também falou ao INFORME: “Vim fazer o curso de Letras, que me ajudará na pesquisa para a tese que vou defender na Itália. Pretendo ficar até Julho.” Veio ao Brasil porque “na Itália estudei língua portuguesa, e estive em Portugal por um tempo, mas queria conhecer o Brasil. Estudei cultura brasileira, e também já tive um namorado brasileiro (risos)”. Sobre o encontro, disse: “Vai ser bom para os estudantes que chegam aqui, desorientados”.

Dos Estados Unidos, entrevistamos Maria Gabriela Morales: “Sempre quis vir ao Brasil, e este é o semestre de estréia, na minha faculdade, do programa de intercâmbio com o Brasil, então aproveitei a oportunidade. Vim fazer francês e italiano. Não sabia do caráter informativo, vim mais para conhecer o pessoal, e ver o que ia acontecer. Vou ficar aqui este semestre com certeza, e talvez o próximo”.

Lígia Fragano e Renato Razzino, estudantes de Letras, também compareceram ao encontro, para dar apoio aos intercambistas. Para eles, as principais informações que os estrangeiros necessitam são “geográficas, culturais, lingüísticas”, e as principais dificuldades se concentrarão em “banheiros e sinalização. A língua não vai atrapalhar tanto, porque aqui na FFLCH pode-se encontrar quem fale ‘qualquer língua do mundo’”.

Após a primeira rodada de apresentações, tanto das autoridades universitárias, lideradas pela Profa. Dra. Maria das Graças de Souza, quanto de todos os alunos, foi aberta a discussão para que os alunos pudessem expor suas impressões e principais dificuldades.

As dificuldades prevaleceram. Os alunos aproveitaram o momento para expor aquelas questões que mais incomodaram em todo o processo.

O primeiro tema levantado foi um problema estrutural da USP: falta de um guia da faculdade. Os alunos entram na Cidade Universitária e têm grandes dificuldades de localização e falta de conhecimento

do funcionamento das estruturas mais básicas, como os restaurantes universitários, os ‘xerox’, o ônibus circular, etc. Foi proposto pelas autoridades que fosse produzido um guia, apesar das dificuldades burocráticas. Como solução mais rápida, a professora Sandra Nitrini propôs que a própria FFLCH fizesse este guia, através de sua estrutura administrativa, ou então, que os intercambistas fizessem um *tour* pela Cidade Universitária, guiados por alunos brasileiros.

Outra dificuldade exposta foi a questão acadêmica. Os alunos tiveram dificuldades iniciais em seus cursos com questões com as quais até nós, brasileiros, às vezes nos complicamos. A terminologia e os métodos não ficaram claros o suficiente aos estudantes. Termos como “fichamento” e “resenha” ficaram difíceis de serem compreendidos por eles, tendo em vista que não eram feitas atividades deste porte nos seus respectivos países de origem.

Muitos alunos reclamaram da burocracia para conseguir auxílios (alimento e moradia). O fator mais problemático foi a exigência de uma declaração contendo a renda dos pais. Esta necessidade não é claramente informada antes dos alunos viajarem, e, em alguns países, é bastante difícil conseguir este tipo de declaração.

Quanto a esta questão, os docentes e a chefe de biblioteca se comprometeram a conversar com as assistentes do COSEAS, a fim de negociar uma flexibilização que torne possível o acesso destes alunos aos auxílios.

Duas alunas colombianas disseram que enfrentaram problemas com relação à carta de aceite da USP. Disseram que quase passaram apuros na Colômbia, devido à demora na emissão deste papel. Rosângela Duarte Vicente, secretária da CCIInt/FFLCH esclareceu que esta questão deveu-se à área da CCIInt central, e que verificará para que não aconteça de novo.

Enfim, uma reclamação praticamente geral foi a impossibilidade de retirar livros na biblioteca, por falta de comprovante de residência.

Sonia Marisa Luchetti, representante da Biblioteca Florestan Fernandes, esclareceu que esta situação não passava de desencontro de informações. Pessoas que estão morando como hóspedes podem levar o comprovante de residência de quem os abriga, contanto que tratem de apresentar novo comprovante tão logo deixem a situação de hóspede.

O encontro terminou em clima informal e de descontração, com os alunos interagindo entre si e com as autoridades universitárias presentes. Edições do INFORME FFLCH foram distribuídas a todos, que as receberam com prazer. Em contato realizado



com a Biblioteca Florestan Fernandes, esta reiterou a posição de que é possível aos alunos fazerem suas carteirinhas, que a lista com seus nomes já se encontra em posse dos funcionários e que estes já foram orientados para receber a documentação indicada na reunião.

CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA

PESQUISADORES DA FFLCH ESTUDAM A FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BAIRRO DA LIBERDADE

RICARDO BALSANI

O visitante típico do bairro da Liberdade procura a sensação de caminhar pelas grandes metrópoles orientais, como Tóquio ou Hong Kong. Mas um grupo de pesquisadores, formado por alunos de graduação dos diversos cursos da FFLCH, tem percorrido as ruas do bairro com um olhar muito diferente. Sob a coordenação do professor Koichi Mori, do Departamento de Letras Orientais, eles estudam a formação da Liberdade, criação de sua identidade oriental, e também como ele vem se transformando desde então. O projeto faz parte das comemorações do centenário da imigração japonesa, promovidas pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, e tem o apoio do Bunkyo, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e Assistência Social.

A Liberdade é hoje uma oportunidade comercial para os imigrantes orientais, sejam eles chineses, que chegaram sobretudo a partir da década de 80, ou os poucos japoneses que ainda mantêm seu negócio na região. Estes começaram a se fixar no bairro ainda

nos primeiros anos do processo de imigração, atraídos pelo preço baixo do aluguel dos porões das casas da rua Conde de Sarzedas, além da localização central da Liberdade. Durante a 2ª Guerra Mundial, na qual o Brasil esteve do lado oposto ao do Japão, a já numerosa colônia residente no bairro foi expulsa pelo governo, que pretendia evitar a formação de redutos étnicos de inimigos. Com o fim da guerra, o bairro acabou voltando-se para o comércio. O grande marco foi o Cine Niterói, inaugurado em 1953, que passava filmes japoneses e se tornou um centro de entretenimento da colônia. A cultura, os restaurantes, e o comércio japonês logo atraíram outros visitantes para o bairro.

Mais recentemente, em meados dos anos 80, imigrantes chineses chegaram ao comércio da região. Os primeiros vieram da ilha de Taiwan, mas logo foram seguidos por um grande número de imigrantes da China continental. Os pesquisadores se surpreenderam ao descobrir que muitas lojas típicas japonesas

hoje estão na mão de chineses. Como eles chegaram quando a Liberdade já estava consolidada como o bairro japonês, aproveitaram para lucrar com o comércio estabelecido, sem modificá-lo. Para que os clientes sejam atendidos por pessoas que conheçam a cultura do Japão e, eventualmente, até falem a língua, eles contratam descendentes de japoneses.

Mas não é apenas o atendimento das lojas que recebem uma “maquiagem” no bairro da Liberdade. Os pesquisadores também notaram que os festivais tradicionais, como o Tanabata Matsuri (festival das estrelas), também são modificados em relação às celebrações de seus países de origem, visando atrair um número maior de visitantes. Outro aspec-

to interessante notado foram algumas adequações que alguns estabelecimentos passaram para atender as exigências da Lei Cidade Limpa. Alguns sinais luminosos com ideogramas orientais tiveram de ser retirados, como aconteceu com a lanchonete McDonald’s do bairro, ou com o banco Itaú.

Observações como essas foram feitas durante os trabalhos de campo na região, que atualmente envolvem as entrevistas com os comerciantes da Liberdade. No início da pesquisa foi feito um levantamento histórico, que também serviu para definir uma mancha que demarcasse os limites do bairro. Os resultados dessa pesquisa darão origem a um livro, que deverá ser lançado até o mês de agosto desse ano.

19 DE ABRIL - DIA DO ÍNDIO

POPULAÇÃO INDÍGENA: A CONSTANTE LUTA PELA NÃO-EXTINÇÃO

POR LAÍS LUCAS MOREIRA

Desde 1940, o dia 19 de abril passou a ser o dia destinado aos mais diversos tipos de homenagens aos índios, porém, poucos sabem de onde surgiu essa tradição. Pensando nisso, o INFORME fez uma matéria especial, na qual conheceremos um pouco mais a respeito dessa historicidade.

Junto com a chegada dos portugueses e posterior descoberta do Brasil, encontramos a existência de um importante patrimônio de nosso país, a comunidade indígena, cujo valor nunca fora, de fato, reconhecido. Foram 400 anos de muito sofrimento, massacre, desrespeito e perseguição a esses povos até que se percebesse que algo havia de ser feito para, então, tentar reverter o caos a que havia chegado a situação.

Foi só a partir de meados de 1900 que entidades perceberam o quão rico era tudo aquilo que estava sendo perdido, passando a serem criadas instituições de auxílio aos grupos indígenas. Embora não se saiba exatamente quantas sociedades indígenas existi-

am no Brasil à época da chegada dos europeus, há estimativas sobre o número de habitantes nativos naquele tempo, que variam em torno de 6 milhões de indivíduos. A organização desses grupos é bastante peculiar e conseguiu não se deixar abater em profundas mudanças mesmo com a exaustiva influência do homem branco e de seus costumes. Dentre eles estão a vida em aldeias e o comando por chefes – chamados de “caciques”, “tuxánas” ou “morubixabas” (cuja transmissão de poder é hereditária, ou seja, de pai para filho). Os chefes devem conduzir a aldeia em quaisquer circunstâncias, desde o dia-a-dia a situações atípicas, mantendo sempre a tradição e sendo assessorado por um conselho de homens. Outra figura interessante e que não deixou de existir é a figura do “pajé”, uma espécie de curandeiro e conselheiro espiritual.

Em geral, os índios garantem sua sobrevivência utilizando os recursos oferecidos pela natureza com a ajuda de processos rudimentares. Caçam, plantam,

pescam, coletam e produzem os instrumentos necessários a tais atividades. A terra é vista como um bem coletivo, a qual produz a satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade. Não existe a propriedade privada e cada um tira seu sustento dali. Há ainda uma divisão de tarefas por idade e por sexo: em geral cabe à mulher o cuidado com a casa, das crianças e das roças; o homem é responsável pela defesa, pela caça e pela coleta de alimentos na floresta.

AS ENTIDADES PROTETORAS

Pensando na preservação desses povos e na preocupação de que essa cultura não se extinguisse miscigenando-se à dos europeus, em 20 de junho de 1910, foi criada a primeira entidade do Governo Federal, a SPI (antes Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, mais tarde transformado em Serviço de Proteção aos Índios). Ele ficaria encarregado por executar a política indigenista e proteger os índios, ao mesmo tempo em que asseguraria a implementação de uma estratégia de ocupação do território. Essas ações e iniciativas acabaram por mudar, e muito, a questão indígena no Brasil; agora, a Igreja deixaria de ter total controle sob aquilo que era ou não ensinado aos índios, passando a catequese a coexistir com a política de proteção por parte do Estado – que por sua vez também teria um menor papel em relação às decisões sobre o destino dos índios.

Em 1957, o SPI entrou num processo de decadência. Além de não conseguir deter o avanço nas terras indígenas, o órgão passou a enfrentar problemas como o conflito de interesses com os Estados - muitas vezes sendo obrigado a se submeter a eles. O pico da crise se deu quando funcionários do SPI sofreram acusações de irregularidades administrativas, inclusive com relação ao próprio patrimônio indígena, o que repercutiu mundialmente. O impacto de tais notícias em conjunto com o ápice da ditadura, levou o SPI à extinção, dando lugar à FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

A FUNAI, segundo sua própria definição, “é o órgão do governo brasileiro que estabelece e executa a Política Indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição de 1988.”

Isso significa que fica a cargo da FUNAI a promoção da educação básica aos índios, a demarcação, segurança e proteção das terras por eles

ocupadas originalmente, ou seja, desde o Descobrimiento, e ainda o estímulo ao desenvolvimento de estudos e levantamentos sobre os grupos indígenas. A Fundação tem a responsabilidade de defender as comunidades indígenas, de despertar o interesse da sociedade pelos índios e suas causas, gerir o seu patrimônio e fiscalizar suas terras, impedindo ações predatórias de quaisquer indivíduos ou outras ocorrências dentro de seus limites, que representem um risco à vida e à preservação desses povos.

A SITUAÇÃO HOJE

Todo esse esforço despendido perdura e tem trazido resultados cada vez melhores e mais vistosos. Hoje, a dizimação da população indígena já foi bastante amenizada e a maior prova disso é o número de índios, que vem aumentando progressivamente; o cadastro e a regulamentação dos povos no território brasileiro, o respeito por parte do brasileiro e a constante batalha pela extinção do preconceito também são fundamentais nessa empreitada.

Ainda de acordo com os dados da FUNAI, atualmente, são 215 diferentes sociedades (cujas mais conhecidas são Aimoré, Avá-Canoeiro, Bororós, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi e Xavante) que somam cerca de 358 mil pessoas, falando 180 línguas distintas. Com exceção do Rio Grande do Norte e do Piauí (onde não há oficialmente grupos indígenas, mas já têm aparecido grupos de pessoas lutando por seu reconhecimento junto à FUNAI), mais da metade dos índios estão localizados nas regiões Norte e Centro-Oeste, apesar de ainda existirem outros vivendo nas mais diversas regiões brasileiras – seja em maior ou em menor número.

O RECONHECIMENTO E A COMEMORAÇÃO

Durante esse período de início de preocupações com a população indígena, mais precisamente em 1940, foi realizado o I Congresso Indigenista Interamericano, no México. O evento convidava os participantes convidados (como líderes indígenas e autoridades governamentais da América) a debaterem os principais temas que afetam o cotidiano indígena. Porém, receosos das represálias que poderiam sofrer pelos homens brancos, se recusaram a comparecer, pelo menos nos primeiros dias de evento. Depois de muita insistência e discussões, abriram mão do medo e resolveram aceitar o convite, reconhecendo a importância da iniciativa

em se querer unir diferentes povos para debaterem os reais problemas que os afligiam.

Visto a ocorrência de tal fato, o dia 19 de abril, data da tão aguardada participação, passou a ser reconhecido, em toda a extensão do continente ameri-

cano, como o dia em homenagem aos índios ou comumente chamado de “Dia do Índio”. No Brasil, a data foi efetivamente regulamentada em 1943, pelo então Presidente Getúlio Vargas, pelo decreto lei número 5.540.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

AUDIÊNCIA SOBRE A REFORMA DOS PRÉDIOS

POR GUSTAVO F. DAINEZI

No dia 27 de Março, os estudantes da FFLCH e o diretor Prof. Dr. Gabriel Cohn realizaram uma audiência, com objetivo de discutir e esclarecer questões colocadas pelos estudantes a respeito do plano diretor e da reforma dos prédios da FFLCH, que já está em andamento e que está sendo acompanhada pelo INFORME.

Nossa reportagem esteve na audiência, que teve presença considerável de público, de entidades estudantis e de representantes de partidos políticos, e fará, nesta edição, um resumo do que aconteceu de mais importante.

A audiência foi dividida em três partes: discursos dos integrantes da mesa e duas rodadas de perguntas a serem respondidas pelo diretor Gabriel Cohn.

DISCURSOS DE ABERTURA DOS INTEGRANTES DA MESA

Por questão de precedência, o diretor Gabriel Cohn iniciou a série de discursos.

Iniciou com um panorama histórico da construção dos prédios da FFLCH dentro de uma concepção criada na época da ditadura militar, que separou os prédios.

Neste início, fez questão de deixar claro algumas questões: que o plano diretor da FFLCH foi concebido e regulamentado na gestão do prof. Sedi Hirano, e envolvia uma colaboração da Faculdade com a COESF.

Para o professor, o plano diretor é “uma formulação indicativa da expansão e utilização de espaços edificadas em uma certa unidade”, e “sem ele não é possível fazer praticamente nada em termos de infra-estrutura”.

Na sua gestão, Cohn afirmou, previu a retomada do plano diretor, já aprovado pelo órgão de máxima representação da Faculdade, a Congregação, e a sua implementação. Para implementar, Cohn liderou diversas reuniões entre a FFLCH e a reitoria da USP, desde 2007.

O diretor afirmou que utilizaria seu espaço nesta discussão para corrigir diversas afirmações infundadas e erradas que estavam sendo veiculadas pelas instâncias políticas estudantis, até como base de sua argumentação de oposição. Isto porque “não podemos discutir nada sobre um pano de fundo de falsidades, de inverdades”.

Entre estas informações, uma das principais é que a implementação do Plano Diretor foi uma conquista da greve e da ocupação da reitoria no ano passado. Cohn afirma que no momento da ocupação, já havia negociações para implementação do plano diretor. A ocupação, segundo o diretor, não provocou a liberação dos recursos, na verdade os retardou.

Também esclareceu que as obras do prédio de História já estavam sendo planejadas antes da grande chuva de 2007. Este fato levou, no máximo, a aperfeiçoamentos. Já havia recursos empenhados para esta reforma.

A concepção que orienta o programa da atual gestão, disse, foi reiterada em diversas ocasiões, até em encontros com estudantes, é realizar o plano diretor em uma perspectiva de “converter este conjunto disforme de espaços em uma unidade acadêmica, e in-

COHN: A OCUPAÇÃO RETARDOU A LIBERAÇÃO DOS RECURSOS PARA A REFORMA

trodúzir formas de circulação de idéias e pessoas que permitam interromper uma situação em que eu vejo estudantes se referirem aos departamentos como Faculdade de Letras, Faculdade de História” (referência à fala de apresentação da Audiência).

Unificar a faculdade, continuou o diretor, faz parte de seu plano de gestão. Outra inverdade combatida por Gabriel Cohn é a de que um velho plano diretor tivesse sido desengavetado pela ocupação da reitoria. Além de não ser um plano velho, já estava em negociação na época da referida ocupação.

Em seguida ao diretor, falou Estevam, representante do CAELL, e de dois movimentos, entre eles “o da juventude do PSTU”.

Em um discurso irônico, Estevam deu foco aos problemas enfrentados pelos departamentos, entre eles, a “cachoeira do prédio de História”, a provisoriamente do prédio de Letras, e a falta de saídas de emergência neste prédio, além do fato de funcionários terceirizados fazerem suas refeições em um espaço que já foi um banheiro.

Por ignorar a fala anterior do diretor, ou por preferir seguir a linha do discurso preparado, Estevam argumentou usando uma afirmação refutada pelo professor, a de que a ocupação da reitoria teria “desengavetado” o projeto de reforma que os estudantes combatem nesta audiência.

Para ele, o projeto de reformas é incapaz de atender às necessidades do prédio de Letras. Disse que o comitê de greve, durante a ocupação da reitoria, realizou um trabalho científico que concluiu que o mínimo a ser construído seriam 17 salas para 50 alunos cada, ao invés das 8 salas para 100 alunos cada, propostas pelo projeto em curso. Criticou a proposição dos espaços de lanchonetes, com ironia, e colocando-as como catalisadoras do fim dos espaços estudantis.

Dois fatores graves para Estevam são o “caráter antidemocrático” da reforma, apesar de ela ter sido aprovada pelas instâncias decisórias da Faculdade, e a não-contemplação de espaços estudantis.

Em seguida, atacou a figura do diretor, citando um

MARLENE: “OS ASPECTOS ENVOLVIDOS EXTRAPOLAM DECIDIR QUEM FICA COM O QUÊ, OU QUANTOS FICAM ONDE”

suposto incidente de 2006, no qual, segundo ele, o diretor afirmou ca-

tegoricamente que eliminaria os espaços estudantis. Referiu-se também a incidentes conhecidos, como a grade e a laje no “porão” das Ciências Sociais.

Ao final de sua fala, Estevam foi bastante

aplaudido pelos presentes, que não dispensaram o mesmo tratamento ao diretor, não aplaudido na sua exposição inicial.

Após o anúncio de uma festa no “canil” da ECA, Marcelo, aluno da Filosofia, iniciou a sua fala.

Em um discurso sem ironias, ressaltou a importância da discussão democrática nos rumos da universidade, e teve a intenção de colocar os motivos da convocação da Audiência com o diretor: discutir o sentido público da Universidade; saber por que a direção aprovou o plano diretor sem que houvesse ampla discussão incluindo os estudantes, por que foi aprovado pela Congregação “sem estudo prévio pelos professores que a compõem”; se posicionar em relação às reformas que se iniciariam no prédio das Letras, prejudicando os espaços estudantis deste prédio.

Critica a Congregação da Faculdade, referindo-se a uma suposta contradição, uma vez que teria se posicionado a favor de eleições diretas para reitor e realizado a última eleição para vice-diretor “de portas fechadas”.

Em seguida falou Marlene, representante dos funcionários da FFLCH.

Para ela, a questão dos espaços não é nova e nem simples. “Os aspectos envolvidos extrapolam o poder de decisão interna e transcendem a questão simples de decidir quem fica com o quê, ou quantos ficam onde”.

Caracteriza a rede de poder na Universidade como burocrática e fortemente centralizada. Faz em seguida um histórico dos espaços da Faculdade, desde a época da Rua Maria Antônia até os tempos atuais, através do qual pretendeu mostrar que as condições de espaço da FFLCH foram “determinadas grandemente por instâncias de poder externas até mesmo à própria Universidade”.

Chamou atenção à situação precária e perigosa do prédio da Administração. Os funcionários consideram que há necessidade de urgência no equacionamento de espaço, e que a discussão deste equacionamento - reitera que esta é uma posição mantida pelos funcionários nas instâncias decisórias da Faculdade - deve ser feita da maneira mais ampla e abrangente possível.

Sem ter consultado os funcionários, mas confiante em sua afirmação, Marlene afirmou que os funcionários apoiarão a proposta de uma comissão paritária para a discussão da ocupação dos espaços criados pela reforma.

Em seguida falou o professor Helder Garmes, do curso de Letras. O professor não se colocou como pessoa mais recomendada a participar da discussão por não ter acompanhado de perto as discussões. Afirmou que não existe entre os professores um consenso sobre a questão.

O professor fez menção ao momento de aprovação desta reforma na Congregação, no qual foi garantida a preservação dos espaços estudantis, fato este que parece ter passado despercebido por todos os principais agentes de mobilização estudantil, pois não foi mencionado nenhuma vez no debate.

Para ele, esta decisão pressupõe que os estudantes serão ouvidos ao longo de todo o processo. Segundo o professor, sua função nesta audiência será a de captar as proposições estudantis e levar aos professores, para saber consensualmente como estes se posicionariam. Pessoalmente, o professor acredita que a participação dos estudantes é fundamental, mas o debate está vivendo um problema: ele está muito tenso. “Nada é incompatível”, afirma. “As coisas são complementares, desde que acordadas, desde que as pessoas consigam se entender e conversar”.

Garmes acredita que a busca no debate deva ser pelo consenso, e não pelo enfrentamento. Uma vez que o que está sendo discutido é o bem comum, deve-se evitar a exaltação.

Antes da abertura da primeira série de perguntas, o diretor pediu a palavra para replicar os discursos de abertura da sessão. Houve reclamações neste momento, e um clima de indecisão. Parte do público não queria que o diretor falasse. Cohn iniciou sua fala ironizando: “confesso que pensei que vocês queriam me ouvir”.

Gabriel refutou mais uma vez argumentos de que o plano tenha sido engavetado, sob a premissa de que o debate deve transcorrer sobre um pano de fundo de mínimo entendimento. Classificou de escandalosamente mentirosa a afirmação feita por Estevam a respeito de que teria afirmado que eliminaria os espaços estudantis. “Isto é terrível. Falar isto de mim é um absurdo”.

O professor disse que o “porão” jamais foi espaço estudantil. Afirmou que várias vezes, quando incentivado a falar sobre este espaço, não o reconheceu como estudantil e falou a favor de intervenção. O

espaço que Cohn reconhece como verdadeiramente estudantil é a Área Verde.

Quanto à questão das lanchonetes, Cohn rebateu com o argumento de que é uma emergência, já que não há espaços de alimentação nem suficientes, nem adequados na FFLCH. Prédio por prédio, citou que o restaurante da História foi contestado pelos usuários do prédio, e que em algum momento haverá lá um problema de abastecimento. Nas Letras, afirmou que há um problema sério de instalações, e a ampliação deste prédio já estava prevista antes de iniciar seu mandato. No prédio de Filosofia, trouxe à tona um caso no qual estudantes, para manter uma irregular e deplorável lanchonete, impediram que se construísse um espaço de alimentação, vestiários e repouso dos terceirizados.

Cohn garantiu que a Faculdade, em cinco anos, será inteiramente nova. Para ele, é pessoalmente muito importante que a escola esteja inteiramente reformulada daqui a cinco anos, mesmo que ele não usufrua disso.

As passarelas que serão construídas a partir do projeto de reforma geram, para Gabriel Cohn, a possibilidade de um fluxo de espaços de convivência e circulação nos quais acredita que experiências poderão ser trocadas e contatos poderão ser feitos, de forma a até mudar a vida de uma pessoa academicamente. Esta proposição das passarelas, segundo o diretor, “não é uma brincadeira, um ato autoritário de quem não tem mais o que fazer. Resulta de muita experiência e muita reflexão sobre o que acontece dentro da Universidade”.

O diretor também mencionou como elemento facilitador destas experiências o “café do meio”, espaço previsto para o porão do prédio do meio, mas rejeitado pelos estudantes.

Após esta exposição, o diretor foi aplaudido.

A primeira rodada de perguntas foi estruturada de modo que dez pessoas teriam direito a fazer perguntas ao diretor, com duração de dois minutos cada.

A primeira a falar foi Vanessa, ex-integrante do CA de Letras. Mencionou um projeto proposto pelos estudantes de Letras, o qual teria sido enviado aos órgãos de decisão da Faculdade, e não havia conhecimento sobre o seu paradeiro. Também mencionou uma con-

LEA: “O QUE HÁ DE PIOR ESTÁ NAS LETRAS”

versa do diretor com o CAELL, na qual ele teria afirmado que o problema do “porão” eram as festas e a venda de bebida.

Ozzy, aluno de História e membro do “Movimento Nada será como antes” foi o segundo a falar. Não usou o seu tempo para fazer perguntas, apenas discursou. Acusou a estrutura de poder da Universidade de ter compromisso com a privatização, através de fundações, cursos pagos e de espaços públicos. Fez apologia à luta estudantil, se referindo à ocupação da reitoria, defendendo que os estudantes são os verdadeiros portadores do direito de discutir sobre a reforma dos prédios. Acusou também o projeto de reformas da FFLCH como compromissado com estes termos.

Marília, da Geografia, e do “MoVimento a pleNos Pulmões”(sic) falou em seguida. Em seu discurso, defendeu que os estudantes e funcionários não têm voz na Universidade, e que esta audiência não era para ouvirem o diretor, e sim para serem ouvidos por ele. Interpreta o “ataque aos espaços estudantis” como “ataque político à organização do movimento, como se financia e organiza”.

Bia, das Letras, foi a quarta a discursar. Para ela, a reforma “propõe a continuidade do projeto dos prédios da ditadura”. Os estudantes, segundo ela, devem tomar cuidado com as propostas, e todas as propostas que forem feitas devem passar pelo crivo da maioria dos estudantes, funcionários e professores.

Léa, funcionária do prédio das Letras, desferiu seus ataques contra os problemas de espaço no prédio em que trabalha, alegando que “o que há de pior está nas Letras” e que as oito salas propostas pelo plano de reformas são “um analgésico” para o estado grave em que o prédio se encontra; e ao diretor, ao se referir ao momento de sua candidatura para o cargo: “Perguntei para ele por que se candidatou ao cargo de diretor. É melhor fazer um artigo em quatro anos que uma gestão que não leva a nada” – neste momento foi bastante aplaudida. Logo após, fez um balanço dos novos prédios construídos por algumas unidades: FEA (FIPE;FIA;FIPECAFI) construiu três; FAU (FUPAM) construiu dois; Biologia construiu três. “E as Letras não conseguem construir vinte salas!”

Outro funcionário, Cláudio, falou diretamente aos estudantes. Reafirmou que eles têm direito de

cobrar, pois são cidadãos e também pagam impostos. Disse também que “o valor do espaço não é o tamanho ou a localização dele, mas sim o uso democrático que é dado a ele”.

Caio, que só se apresentou como do “Movimento Nada será como antes”, exaltou a força histórica do movimento estudantil. Exaltado, e apontando para o diretor da Faculdade, disse: “essa mudança tem que vir junto com a democracia total aqui dentro, com discussões entre estudantes, funcionários e professores, porque são eles que usufruem da USP, e não uma direção que não faz nada além de oferecer cafezinho para a gente”. Propôs a criação de um “bandejão” para a FFLCH, ao invés de lanchonetes.

Rafael, aluno de Letras, discursou: “O diretor traveste por trás de tudo isto o interesse político dele, que está muito bem no concreto e na jaula que ele coloca[...] A reforma só vai legitimar a mediocridade e a violência da ditadura”.

COHN: “ESPERO QUE NINGUÉM SÉRIO ME ATRIBUA POSIÇÃO DE ESTAR ASSOCIADO ÀS FORÇAS QUE VISAM PRIVATIZAR A UNIVERSIDADE PÚBLICA”.

Defendeu também a idéia de Assembléias abertas para a discussão das reformas da Faculdade.

Caio indaga, em seguida. “A cachoeira é culpa dos estudantes?”. Argumenta que os estudantes são a razão de ser da Universidade, além de serem a grande maioria. Para ele, dizer que a reforma vai beneficiar a todos é uma mentira.

Flávia, do sexto ano de Ciências Sociais, ressaltou que a questão é discutida desde 2003, e que já foram feitas várias audiências, fato que não impediu que “houvesse laje e grade”. Repetiu o argumento que desqualifica a Congregação da Faculdade, expondo uma suposta contradição na questão de ter aprovado as diretas para reitor, e feito a eleição para o vice-diretor da FFLCH de portas fechadas.

RÉPLICA DO DIRETOR À PRIMEIRA SESSÃO DE PERGUNTAS

Como não houve efetivamente perguntas diretamente relacionadas ao diretor, apenas uma série de discursos e achaques às instâncias decisórias da Faculdade, da Universidade e à pessoa do diretor, este tomou a postura de responder os principais pontos

citados nos discursos dos alunos e representantes de movimentos.

Cohn iniciou citando a questão a respeito da discussão (ou falta de) sobre a construção da laje nas Ciências Sociais. Disse que houve, sim, discussão, com os interessados, os trabalhadores da FFLCH, que aceitaram. Portanto, não foi uma imposição da direção. Disse que não é verdade, que “é uma simplificação grosseira dizer que a questão do porão se reduz à questão das festas”.

Quanto à referência de que a estrutura de poder da Universidade conduza à privatização dos espaços, o professor afirmou que esta é uma questão de extrema importância, que merece muito debate. Disse até que já está em negociação um encontro com objetivo de discutir esta questão. E ponderou: “Espero que ninguém sério me atribua posição de estar associado às forças que visam privatizar a Universidade pública”.

Disse, a respeito dos espaços estudantis, que são muito mal usados, e que são extremamente amplos em termos comparativos.

Sobre o debate em si, disse que era um debate franco e igualitário, porque estão todos envolvidos na mesma instituição, apesar de haver divergências muito fortes sobre como realizar as coisas. Colocou-se como o contraponto: “não vou ser demagógico, porque não estou do mesmo lado de vocês, pois sou diretor”. Ficou irritado com as colocações sarcásticas, que ao seu ver “envenenam o debate”. “Vim aqui para um debate sério. Não me atribuam nem autoritarismo sem mais, nem benevolência sem mais, nem caprichos. Estão se realizando políticas

COHN: QUANDO VOCÊS FALAM QUE QUEM DIRIGE A ESCOLA É BUROCRATA, ESTÃO EMPURRANDO A GESTÃO PARA A MÃO DOS BUROCRATAS

educacionais e acadêmicas dentro de uma concepção, que podem ser debatidas sim, mas foi a que me conduziu à diretoria após inúmeras provas a que fui submetido para tomar posse do cargo”. Outra tendência que envenena o debate é a personalização: “existe uma tendência desgraçada a personalizar. Esta personalização não ajuda o debate”.

Lembrou que existe, sim, um plano diretor e aprovação para implementação de uma grande parcela dele. Também disse que existe um esforço da direção em complementar o plano diretor. Para Gabriel, não faz sentido retomar o debate do plano diretor, porque foi discutido anteriormente, não

com os atuais alunos. O que faz sentido, para ele, é a participação nas políticas de uso de espaço, e isto é altamente desejável.

As reclamações sobre as estruturas dos prédios, disse Cohn, estão em grande parte previstas no plano, como, por exemplo, falta de acomodação para professores no prédio de Letras.

Para o diretor, os alunos partem de uma linha de desqualificação, que não avança e que generaliza. Disse que “nunca houve nesta escola um plano de expansão e renovação de espaço físico”.

Respondendo uma das mais aplaudidas declarações, da Léa, o diretor afirmou: “este é o último serviço que quero deixar a esta escola, pois estou encerrando minha carreira aqui. Afirmando para vocês que não virei burocrata. A minha concepção de gestão é acadêmica. Quando vocês falam que quem dirige a escola é burocrata, estão empurrando a gestão para a mão dos burocratas, porque vocês desqualificam qualquer um” – Neste momento, houve uma razoável salva de palmas para o diretor.

O diretor fez questão de pontuar mais uma situação que prejudica o debate, a seu ver: disse que é impróprio desqualificá-lo, e à sua gestão, dizendo que seu discurso esconde seus reais interesses políticos e que sua gestão só faz “concretar” e “enjaular”: “Não há nenhum propósito político escuso ou escondido em nenhuma coisa que eu faço”.

Quanto às inúmeras referências aos problemas atuais de estrutura física da Faculdade o diretor foi direto: “Não é possível que se dialogue sob a premissa de que eu não sei o que está acontecendo. Vamos levantar o nível deste debate”.

Antes do segundo bloco de perguntas, o professor Elder fez uma pergunta ao professor Gabriel Cohn, referente ao espaço previsto no projeto efetivamente para os alunos. Neste momento, irrompeu do público a fala “finalmente alguém fez uma pergunta!”, seguida de risos e comentários de aprovação.

“FINALMENTE ALGUÉM FEZ UMA PERGUNTA!”

Antônio foi o primeiro a falar na segunda sessão, bem mais disputada que a primeira. Disse que foi assinado um termo de compromisso - que não apresentou - que diz que todo o espaço da antiga biblioteca (incluindo o porão das Ciências Sociais) seria gerido pelos estudantes. Perguntou se o diretor conhecia esse suposto termo.

Também perguntou por que não se reinstituí a Comissão de Qualidade de Vida paritária para resolver todos os problemas de desinformação e desencontro. Mencionou falta de verbas na Faculdade, e perguntou o que a Faculdade faz para aumentar sua participação na distribuição das verbas da Universidade.

Gabriel, das Ciências Sociais, seguiu. Perguntou se o diretor estaria disposto a estabelecer uma comissão paritária para decisão das prioridades e dos rumos da reforma, e se assinaria um termo garantindo a manutenção dos espaços estudantis. Ameaçou o diretor a sofrer “conseqüências ainda piores” caso não ouça as reivindicações do movimento estudantil, fazendo referência à ausência da reitora a uma reunião com eles, que gerou a ocupação do prédio da reitoria, em 2007.

Fernan, aluno desde 1997 das Ciências Sociais, depois de reclamar da inclusão da matéria “Noções de Estatística” na sua grade, disse que o espaço dos estudantes é na rua, e não em salas fechadas. Considerou irrelevante o esforço e a discussão em torno destes espaços.

GABRIEL (C.S): O DIRETOR SOFRERÁ “CONSEQÜÊNCIAS AINDA PIORES” CASO NÃO OUÇA O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Um aluno que não se identificou fez uma interpretação da lotação da audiência: a grande presença dos estudantes é a representação da indignação e da vontade dos estudantes de que as coisas mudem. Para ele, se as reivindicações não forem atendidas, os estudantes vão “mudar os rumos da Universidade”.

José, representante discente na Congregação, propôs uma pergunta a respeito da concessão de espaço feita pelo CAELL a uma papelaria, um “xerox” e uma lanchonete. Perguntou ao diretor se não seria caso de negligência da Faculdade não se responsabilizar por estes espaços, por se tratar de uma escola pública. Convocou os estudantes, funcionários e professores a se atentarem à questão do controle das licitações, hoje feito pelo estado de São Paulo.

Fábio falou de uma maneira descontraída e “humorística”, por mais de uma vez arrancando risos da platéia. Reclamou da estrutura educacional da Universidade e convocou os alunos a participarem do V Congresso da USP.

Alba, representante discente na Congregação, criticou duramente a superpopulação das salas do prédio de Letras, chamando a situação de “sucateamento do curso”. Para ela, nas Letras, o ideal seria de vinte pessoas por classe. Falando diretamente ao professor, disse que é impossível um ambiente de convivência quando ela é inviável dentro da sala de aula, onde não é nem possível ouvir o professor. Ainda argumentou que não deveria haver discussão sobre onde os terceirizados devam ficar (para descanso e refeição), pois ela deveria se concentrar em “não existir terceirizados na FFLCH”. Perguntou ao diretor a posição dele quanto a isto.

Em seguida, Guilherme, das Ciências Sociais, citou a teoria do contratualismo, apontando que na faculdade não é possível que se altere o contrato. Para ele, os contratos não devem ser eternos, e devem ser discutidos sempre com quem está vivendo na faculdade.

Natália chamou o diretor a explicitar as citadas políticas acadêmicas, questionando a construção de salas para cem alunos. Também abordou a existência de cursos pagos na FFLCH, fato que caracterizou como “o início da privatização da Universidade”. Perguntou qual vai ser o papel das empresas (fundações) na reforma. Cobrou que a audiência gere resultados reais, como a comissão paritária.

Fabiano, da platéia aproveitou a sua chance de falar para realizar uma crítica, compartilhada por todos, que o aplaudiram, a respeito da falta de questionamentos no primeiro bloco de perguntas. Para ele, somente movimentos e partidos falaram em um espaço que estava destinado ao debate. Perguntou ao diretor se ele estaria disposto a discutir com os estudantes o plano de reformas.

Thiago falou em seguida, elogiou o professor Gabriel Cohn, o qual ele considera que quer debater e compartilhar realmente as idéias. Aproveitou este gancho e convidou o diretor a “compartilhar também o poder de decisão nesta Universidade”. Para ele, a realização de audiências sem este compartilhamento do poder não leva a nada. Também mencionou a tese já refutada pelo diretor, de que o que impulsiona a reforma do prédio são seus interesses políticos. Levou ao conhecimento do diretor a decisão de uma assembléia nas Ciências Sociais, na qual foi proposta a suspensão das obras

para discussão. Ao opinar sobre a resposta que seria dada pelo diretor, mencionou sua descrença em ser positiva, e incitou os estudantes a repetirem a demonstração de força realizada na ocupação da reitoria, em 2007.

Bernardo, do “MoVimento a pleNos Pulmões”

FABIANO: “MOVIMENTOS E PARTIDOS MONOPOLIZARAM O PRIMEIRO BLOCO, DESTINADO AO DEBATE”

(sic), perguntou provocativamente qual a concepção de democracia do diretor. Considerou a posição do diretor

como mais privilegiada materialmente do que a dos alunos, situação que chamou de antidemocrática.

Breno, das Ciências Sociais, apontou uma aparente contradição, quando o diretor teria afirmado que não atacaria os espaços estudantis, enquanto no plano diretor não haveria nenhuma referência a espaços reservados à atividade estudantil, exceto as lanchonetes. Perguntou se as lanchonetes propostas pelo plano diretor serão voltadas aos estudantes de baixa renda, “que são a grande maioria de nós”, ou se “um salgado vai custar o preço de uma refeição do bandejão”. Perguntou também, textualmente: “Quais faculdades levam o senhor a crer que o senhor sozinho pode decidir em nome de treze mil estudantes, fora os funcionários e professores?”.

RESPOSTAS DO PROFESSOR À SEGUNDA RODADA DE PERGUNTAS:

A primeira resposta dada pelo professor foi um elogio às Comissões de Qualidade de Vida, as quais afirmou que estão ativas, apesar de haver diversas críticas ao funcionamento da comissão do “prédio do meio”. Para ele, esta é a melhor instância institucional para participação no plano diretor.

Do ponto de vista institucional, estas seriam as instâncias naturais de discussão e debate porque abrangeriam todas as categorias das quais é composta a Faculdade (alunos, funcionários e professores).

A respeito do termo de compromisso mencionado na rodada de perguntas, avaliou que deve ser feita a distinção entre “Termo de compromisso” e “Termo de concessão de uso”. O diretor afirmou que realmente não chamou nenhuma instância estudantil para discussão sobre a questão da laje. Disse que agiu sob a “muito bem fundamentada premissa de que foi destinada, ainda que informalmente, aos estudantes, e que é enormemente ampla, a Área Verde, imensamente maior, por exemplo, que a sala

pró-aluno que funciona no mesmo prédio”. Agregou a este argumento que a dimensão das salas que ocupam os Centros Acadêmicos são de dimensões extremamente privilegiadas, considerando o tamanho dos prédios em que se encontram.

A respeito da afirmação do último aluno a ter a palavra, de que o diretor decidiria sozinho por mais de treze mil estudantes, mais os funcionários, Gabriel Cohn afirmou que não está sozinho e que nem se pode atribuir a ele tanta coisa. O que disse é que está dando continuidade a políticas elaboradas conjuntamente, e que continuam e continuarão sendo aprimoradas. Responsabiliza-se sim pelas decisões de direção, mas coloca-se na posição de “não ter super poderes para fazer nada sozinho, nem quero”.

Quanto às verbas: “Porque diabo nós temos menos verbas do que seria recomendável?”. Cohn esclareceu que existem mecanismos de participação de cada Faculdade na distribuição de verbas, através da elaboração dos seus respectivos planos orçamentários. A FFLCH tem, ultimamente, apresentado propostas que resultaram em ampliação do repasse de verbas vindas da reitoria. Exemplifica com a menção a um item que dizia respeito à metragem das áreas ocupadas das unidades. Neste item, é importante, além da metragem, a intensidade do uso dos es-

COHN, SOBRE XÉROX E LANCHONETE: “ESTES ESPAÇOS FORAM CEDIDOS [...] PELO CAELL, E ISTO TEM QUE ACABAR, PORQUE ISSO [...] É SIM PRIVATIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO”.

paços, e neste quesito a FFLCH apresenta grande vantagem, pois tem uso constante da maioria de seus espaços. Esta situação resultou em aumento na participação orçamentária da FFLCH. O diretor usou este exemplo para ilustrar que não há um relaxamento por parte de sua administração a respeito da distribuição de verbas Universitárias.

O diretor também fez questão de colocar em discussão uma “desvantagem operacional gigantesca” em relação a qualquer outra escola de grande porte da USP: o fato de não ter uma Fundação. “Isto é devastadoramente diferente em relação a qualquer outra escola - praticamente todas - da Universidade, porque isso nos amarra em mecanismos ferozmente controlados. [...] Isto é uma opção histórica desta Escola, deriva dos seus princípios básicos. Nós temos que estar preparados para pagar o preço disso”. O diretor pontuou ainda que a FFLCH tem “muito menos eficiência na obtenção e no uso de recursos do que praticamente qualquer outra Faculdade da USP.”

Cohn rebateu alusões ao fato de ter sido aluno de Florestan Fernandes, feitas diversas vezes durante as falas, a fim de tentar estabelecer que Florestan estaria contrário às ações do atual diretor, por serem, para os alunos que reivindicaram, antidemocráticas.

Cohn afirmou que acreditava seriamente que se Florestan estivesse vivo, estaria sentado na mesa de debatedores, numa posição mais próxima à sua do que seria de se esperar. “A intransigente luta de Florestan Fernandes no favor dos princípios democráticos nunca o impediu de atuar como dirigente, quando necessário”.

O diretor foi ameaçado por alguns estudantes, caso não assumisse os compromissos propostos por ele. O tom das ameaças seguiu a linha violenta da qual fez parte a ocupação da reitoria, em 2007.

O principal compromisso deles seria o de que os espaços estudantis não estariam sob ameaça. O diretor não assumiu este compromisso “por uma razão simples: porque é absolutamente necessário que os espaços estudantis sejam objeto de uma madura reflexão sobre a sua natureza, suas formas de uso, de seu modo de organização”.

O diretor pontuou que não só a amplitude dos espaços, mas o uso que é feito deles devem passar por discussão, até para adequadamente qualificar estes espaços, permitir usos criativos deles, e não criar áreas inócuas. Também, para o diretor, a natureza, o financiamento e o modo de funcionamento dos Centros Acadêmicos devem ser discutidos por todos, para que se saiba quais as formas mais adequadas destas atividades. O diretor disse que vai pedir aos estudantes, em um momento próximo, que discutam sobre isso.

Quanto às ameaças mais diretas, que diziam respeito a “consequências ainda piores” caso não aceitasse integralmente as propostas, Cohn disse o seguinte: “Não há resposta para isso. A única coisa que posso dizer a vocês é que assumo inteiramente responsabilidade pelos meus atos, perante qualquer interlocutor, em qualquer fórum desta Universidade”

Neste momento, foi incitado a responder sobre a criação de uma comissão paritária para discutir a reforma. Declarou que não era sua matéria. A comissão de caráter paritário existente é a de Qualidade de Vida. No entanto, disse que se quiserem criar uma comissão, não há problema algum, mas que aquele não era o momento para se discutir isto.

Quanto à proposta de suspensão das obras para

que se discuta, Cohn disse: “é claro que não vou assumir este compromisso. As obras estão equacionadas, os projetos estão sendo formulados, há recursos para fazê-las, e as obras estão sendo realizadas. Se não forem suficientes, faremos mais, mas não jogaremos fora a oportunidade única de avançar na nossa infra-estrutura, por conta de um debate que evidentemente se revelaria interminável”.

Também aconselhou que “é sumamente importante que todos os envolvidos acompanhem as obras, discutam e apresentem propostas. Inúmeros canais podem ser criados para isso.” Ressaltou que os projetos que estão em andamento já foram aprovados, e são resultado de avaliações cuidadosas por parte da COESF (Coordenadoria do Espaço Físico), órgão da Reitoria.

Quando foi mais uma vez incitado a se comprometer a criar uma comissão paritária, respondeu: “o meu compromisso de gestão é a implementação do plano diretor desta Faculdade, com a construção do que falta e a qualificação do que já existe”.

Durante a reforma, o diretor afirmou que podem ser feitas alterações eventualmente, caso haja manifestação pontual neste sentido.

Mais uma vez incitado a falar sobre os espaços estudantis, Cohn lamentou-se: “Caramba, isso volta o tempo todo”. Expôs então suas opiniões de forma mais explícita. O diretor afirmou que sente que este tema é uma espécie de obsessão, porque eles existem, são amplos e extremamente mal utilizados. Disse que nas novas alas a serem construídas não prevêm-se espaços estudantis, justamente pelos motivos citados antes. Afirmou que os prédios atuais já possuem estes espaços. Reiterou sua vontade de discutir profundamente a utilização do espaço feita atualmente pelos CAs.

Neste momento, o diretor foi questionado quanto ao espaço do CAELL, no que acabou sendo um tiro no próprio pé dos estudantes:

Ao rebater os questionamentos, dizendo que o CAELL tem o controle de um enorme espaço, recebeu vaias e risos irônicos, mas seguiu dizendo que o CAELL cedeu o seu espaço a uma lanchonete, a um “xérox” e a outras ativida-

des comerciais (uma papelaria). “Estes espaços foram cedidos, não me perguntem em que termos, pelo CAELL, e isto tem que acabar, porque isso não é uso de espaço público, é sim privatização de espaço pú-

COHN: “ESTA, CREIO EU, É A PRIMEIRA DAS VÁRIAS MODALIDADES DE DEBATES DOS QUAIS PARTICIPAREI”.

blico”. Uma vaia seguiu-se a esta fala. Inexplicável, senão pelo choque da constatação, pois o raciocínio do diretor era verdadeiro e estava conceitualmente correto. Se o espaço é público e é cedido ao capital, para ganhos individuais, o espaço está privatizado.

Já ao término do debate, o diretor foi questionado se se disporia a participar de outras audiências. Respondeu que não de audiências propriamente, por julgar o termo policialesco, mas reforçou que sem-

pre que é questionado sobre isso, “n vezes, em n cenários, digo que tenho sim, empenho em discutir com vocês, como interlocutores”.

Como fala final, Gabriel Cohn enfatizou que o debate com os estudantes é fundamental para ele, e que voltará a discutir, sim, pautas sérias, que envolvam a Universidade, o uso dos espaços, etc. “Esta, creio eu, é a primeira das várias modalidades de debates dos quais participarei”.

ESPAÇO DO FUNCIONÁRIO

ENTREVISTAS COM OS CANDIDATOS AO CARGO DE CDB, REPRESENTANTE DO SINTUSP NA FFLCH, OS SENHORES EUSÉBIO GREGÓRIO COSTA E GILBERTO VARGAS.

POR LAÍS LUCAS MOREIRA

Qual é sua intenção ao se eleger ao cargo de CDB? O que o motivou a isso?

Eusébio: A intenção é de continuar minha militância em torno das questões de trabalhadores de forma mais ativa e com o apoio direto e efetivo dos colegas da Unidade. Sempre militei pelos trabalhadores da FFLCH e da USP em geral, já passei pelo CDB em outra ocasião, em que pude aprender coisas novas que ajudam na militância.

Gilberto: A intenção é ajudar a organizar e articular a classe trabalhadora, para que possamos entender a sistemática de nossa unidade. O motivo é que estamos vendo cada dia mais os funcionários aceitando as condições de trabalho precárias que nos são impostas sem que haja uma resposta; com isso podemos concluir que faltam elementos que nos organizem para tentarmos mudar esse quadro que se instalou dentro de nossa unidade e dentro da Universidade como um todo.

Como se dá, hoje, sua relação com o SINTUSP? Qual é a importância que o senhor vê em um sin-

dicato como esse, dentro de uma Faculdade e Universidade públicas?

Eusébio: Tenho uma boa relação com o Sindicato, mesmo existindo pontos em que tenhamos discordância, pois faço parte de uma Organização Política que questiona algumas atitudes e métodos usados pelo Sindicato. Temos muito respeito em nossa relação. É preciso lembrar e levar em conta que o Sintusp é hoje um dos Sindicatos mais combativos do país, e mesmo que por vezes entre numa adaptação à burocracia, é ainda um Sindicato combativo e lutador, não tem fama de vender ou mesmo trair os trabalhadores: fato raro hoje em dia.

Gilberto: Apesar de a relação ser boa, a meu ver o sindicato tem muito a fazer pelos funcionários ainda, como por exemplo, a formação política dos trabalhadores para melhor prepará-los. Já quanto à importância, não preciso nem dizer, basta buscar nas últimas greves as nossas conquistas, na verdade nada mais são que a mobilização dos funcionários, mesmo com debilidade de formação política do Sindicato.

**Caso eleito, quais são seus planos para a gestão?
Há algo emergencial a ser feito?**

Eusébio: Os planos no geral são simples, é fortalecer nossa base de trabalhadores, pois o CDBista é responsável pela organização de sua unidade e também porta-voz dela dentro do Sindicato. Sou responsável em levar todas as questões da Unidade para o Sindicato, mesmo quando não tenho acordo com as coisas aprovadas. De caráter emergencial, existem algumas questões sim, como a formação política de trabalhadores - que é uma grande debilidade hoje, em nossa categoria -, o enfrentamento com a repressão, a perseguição de funcionários, a prepara-

ção para as mudanças que estão por vir no Estatuto Universitário e da campanha salarial. Essas são as questões que, a meu ver, são mais urgentes dentro da estrutura da Universidade, e se os trabalhadores não estiverem preparados, com certeza seremos alvos fáceis do “patrão”.

Gilberto: Buscar uma maior articulação e mobilização dentro da unidade. De emergência, acho que tentar organizar os funcionários, mostrando o nosso verdadeiro valor dentro da unidade e com isso levando ao entendimento do valor da mobilização - seja ela dentro de uma greve ou até mesmo em acontecimentos de nosso dia-a-dia, como por exemplo, o assédio moral, entre outros.

A MINHA EXISTÊNCIA

MARIA CRISTINA DA COSTA

Poesia feita por Maria Cristina da Costa, mais conhecida como a “Cris”, funcionária da copa do prédio da administração.

Cris nasceu na Paraíba (PB) e mudou-se para São Paulo em 1979, quando tinha 11 anos. Casou-se com

16, teve 4 filhos (Íria, Simone, Fabiana e Eduardo, de 23, 22, 14 e 12 anos, respectivamente) e hoje é viúva. Desde 1984, Cris parou de estudar, mas felizmente, conseguiu retomar seus estudos em 2006. Em sua poesia, fala um pouco de sua vida, retratando alguns aspectos que lhe marcaram.

A MINHA EXISTÊNCIA

Ai que saudades que eu tenho
Da minha mãe Rita
Da minha infância querida
Lá nos confins da Paraíba.
Que os anos não trazem mais,
Me sentia aliviada
Quando triste e rejeitada
Naquela escola ajeitada
Eu tão feia e magrela
Mas feliz e maravilhada,
Tola e impotente
Mas a infância vivente
Não me deixa esquecer
Das laranjeiras secas
Da caatinga que espero florescer.

PRODUÇÃO DA FACULDADE



Editora Humanitas
www.fflch.usp.br

CORTESIA VERBAL

DINO PRETI (ORG.)

Esta obra traz os estudos e pesquisas realizados pelo Grupo do Projeto NURC/SP sobre um tema pouco usual nos estudos lingüísticos no Brasil: a cortesia verbal. Neste volume, contamos com os textos inéditos de duas lingüistas da Universidade Estadual de Campinas: Ingedore Grunfeld Villaça e Anna Christina Bentes. O ritual de cortesia, fazendo parte dos costumes sociais, é lembrado em alguns trabalhos, como uma das estratégias fundamentais do processo interacional, razão pela qual estes estudos poderão ser úteis não apenas à área de Lingüística, mas também aos interessados na evolução histórico-social do fenômeno.

INFORME - Edição Especial 2006

Serviço de Comunicação Social - FFLCH/USP

Nesta edição especial do Informe, estão reunidos os artigos e entrevistas com os professores da FFLCH, publicados no ano de 2006 no Boletim da Faculdade *INFORME*. Destaca-se a série de artigos que ao longo do ano discutiu o tema Ética. Também foram incluídas as matérias da seção “Organização e Funcionamento”, que explica cada setor da faculdade em detalhes.



Editora Paulus
www.paulus.com.br

O MAR DE SANTO AMBRÓSIO E OS DOMÍNIOS DA COMUNICAÇÃO

MARLEINE PAULA MARCONDES E FERREIRA DE TOLEDO

O mar de Santo Ambrósio e os domínios da comunicação revela grande sensibilidade e empatia da autora em relação à obra de Ambrósio. O tom coloquial e atualizado, mas de fino gosto, que escolheu para sua comunicação provoca simpatia e defrontamento entre o leitor e Ambrósio de Milão. Ao ler estas páginas, você se sentirá dentro do complexo e contraditório universo social e cultural de nosso tempo, em alguns aspectos tão evoluído, em outros tão frágil e obscuro. Marleine Paula é objetiva, mas deixa transparecer seu entusiasmo pela obra que analisa, seu respeito pela doutrina que comenta, atraindo assim o leitor e incentivando-o a ler o *Examerão*.



Editora Humanitas
www.fflch.usp.br

MANUSCRÍTICA

Revista de Crítica Genética, n. 15, 2007

Este número da *Manuscritica* configura, portanto, um espaço de permanente diálogo, em que convivem a diversidade de corpora e de enfoques hermenêuticos, relatos de pesquisa e testemunhos, texto e imagem, a produção nacional e a estrangeira. Em seu conjunto haverá sempre unidade na diversidade, espelhando um objetivo comum: as indagações sobre os caminhos da criação na arte

A NEW IRELAND IN BRAZIL

LAURA P. Z. IZARRA E BEATRIZ KOPSCHITZ X. BASTOS

Esse livro é uma homenagem à Profa. Munira Hamud Mutran por ocasião de sua aposentadoria. Traz ensaios, poemas e traduções de pesquisadores, do Brasil e exterior, na área de Estudos lingüísticos e Literários em Inglês, sobretudo de estudos Irlandeses.



Editora Humanitas
www.fflch.usp.br

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - nº 42 - maio de 2008



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Serviço de Comunicação Social – SCS

Prédio da Administração – Rua do Lago, 717
Cidade Universitária – CEP 05508-900
Telfax: 3091-4612 – Fone: 3091-4938 e 3091-1513

